

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

JAQUELINE APARECIDA SOUZA

**O SUAS E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DOS ASSISTENTES
SOCIAIS: uma análise a partir dos assistentes sociais do município
de Formiga/MG**

**FRANCA
2014**

JAQUELINE APARECIDA SOUZA

**O SUAS E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DOS ASSISTENTES
SOCIAIS: uma análise a partir dos assistentes sociais do município
de Formiga/MG**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: formação e prática profissional

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Soraya Mustafa

**FRANCA
2014**

Souza, Jaqueline Aparecida

O SUAS e o Projeto Ético Político dos Assistentes Sociais :
uma análise a partir dos assistentes sociais de Formiga- MG / Ja-
queline Aparecida Souza. –Franca : [s.n.], 2014.
103 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Esta-
dual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Patrícia Soraya Mustafa

1. Sistema Único de Assistência Social (Brasil). 2. Assistentes
sociais. 3. Serviço social – Pesquisa. I. Título.

CDD – 361.61

JAQUELINE APARECIDA SOUZA

**O SUAS E O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DOS ASSISTENTES
SOCIAIS: uma análise a partir dos assistentes sociais do município
de Formiga/MG**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do
título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social:
Formação e Prática Profissional

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Profa. Dra. Patrícia Soraya Mustafa

1º Examinador: _____
Prof. Dr. José Reginaldo Inácio - Secretário de Educação/CNTI

2º Examinador: _____
Profa. Dra. Raquel Santos Sant’Ana – FCHS/Unesp

Franca, _____ de _____ de 2014.

A Deus, por me iluminar

Aos meus pais, a quem devo tudo que sou.

Ao meu noivo, pela compreensão e por sempre acreditar nos meus sonhos. Obrigada por me acalmar, com seu acalanto!

Aos meus amigos, que participaram deste processo de construção de conhecimento. De forma muito especial, a vocês: Elaine, Angélica, Daniane, Adriano e Karen, por sempre me encorajarem, quando pensei não ser mais capaz.

Aos sujeitos da pesquisa, o meu 'muito obrigada', pelas contribuições.

A Patrícia, minha orientadora; sem ela, esse sonho não seria realidade.

“Alguns homens veem as coisas como são, e dizem ‘por quê?’
Eu sonho com as coisas que nunca foram e digo ‘por que
não?’” (Geroge Bernard Shaw).

SOUZA, Jaqueline Aparecida. **O SUAS e o Projeto Ético Político dos Assistentes Sociais**: uma análise a partir dos assistentes sociais de Formiga/MG. 2014. 103 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

RESUMO

A Política de Assistência Social, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, recebe o “status” de política pública, direito do cidadão e dever do Estado a ser prestada a quem dela necessitar (em tese). Posterior à promulgação da carta magna temos a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social, (Lei 8.742/93) recentemente alterada pela Lei 12.435/11, Política Nacional de Assistência Social (PNAS 2004) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS, 2005). Normativas estas que avançam na consolidação do sistema protetivo brasileiro, materializando vários espaços de trabalho que requisitam a presença de vários profissionais, dentre eles os assistentes sociais. Diante disto, objetiva-se compreender como os assistentes sociais, do município de Formiga/MG entendem e conduzem o trabalho profissional nos espaços socioassistenciais consolidados a partir da aprovação do SUAS, priorizando nesta pesquisa o nível da proteção social básica. Enfatiza-se ainda, neste trabalho, a necessidade de articular os preceitos do Projeto Ético Político como componente norteador da prática profissional no âmbito da Política de Assistência Social. Para a realização da presente pesquisa foram entrevistadas cinco assistentes sociais, sendo que quatro delas trabalham na Proteção Social Básica, e uma delas na Proteção Social Especial do SUAS. Evidenciou-se por meio da realização do presente estudo que há tensões entre os princípios do Projeto Ético Político dos Assistentes Sociais e os princípios da política de assistência social, tal como estabelecidos pelas principais normativas. Isto se demonstrou através do estudo teórico e empírico realizado. Ademais, evidenciou-se como esta política vem sendo implementada em Formiga e quais as principais dificuldades colocadas pelas profissionais para a implantação da mesma neste município.

Palavras-chave: política de assistência social. Sistema Único de Assistência Social. prática profissional do assistente social. projeto ético político profissional.

SOUZA, Jaqueline Aparecida. **O SUAS e o Projeto Ético Político dos Assistentes Sociais**: uma análise a partir dos assistentes sociais de Formiga/MG. 2014. 103 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2014.

ABSTRACT

The Politics of Social Welfare , the promulgation of the Federal Constitution of 1988, receives the "status" of public policy , citizen's right and duty of the State to be provided to those who need it (in theory) . Subsequent enactment of the Magna Carta have the approval of the Organic Law of Social Assistance (Law 8.742/93) recently amended by Law 12.435/11 , National Social Assistance Policy (PNAS 2004) and Unified Social Assistance (SUAS, 2005). These regulations that advance the consolidation of the Brazilian protective system, materializing multiple workspaces ordering the presence of several professionals, including social workers. Given this, the objective is to understand how social workers, of Formiga/MG understand and conduct professional work spaces in consolidated social assistance from the adoption of its , prioritizing this study the level of basic social protection. It is emphasized further in this work, the need to articulate the precepts of Political Ethics Project as a guiding component of professional practice under the Social Assistance Policy. For the realization of this research five social workers were interviewed , four of which work on Basic Social Protection , and one in Special Social Protection of the its. It was evidenced by the completion of this study that there are tensions between the principles of Ethical Political Project of Social Workers and the principles of social assistance policy, as established by the major normative. This is demonstrated through theoretical and empirical study. Moreover, it became clear how this policy is being implemented in Ant and the main difficulties raised by professionals to implement the same in this city.

Keywords: social welfare policy. Unified Social Assistance. professional practice and ethical social worker. political professional project.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).....	44
TABELA 2 – Indicadores de desigualdades sociais em Formiga/MG.....	45

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Sujeitos Entrevistados.....	16
--	----

LISTA DE SIGLAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APROMID	Associação de Proteção a Maternidade e a Infância Desvalida
ASADEF	Associação de Auxílio ao Deficiente Físico
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEO	Centro de Especialidades Odontológica
CEMAP	Centro Municipal de Apoio à Aprendizagem
CEUS	Centro de Artes e Esportes Unificados
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CIT	Comissão Intergestores Tripartite
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
EJA	Escolas de Ensino para Jovem e Adulto
FMAS	Fundo Municipal de Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFMG	Instituto Federal de Minas Gerais
IGD-SUAS	Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social
IGD-PBF	Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família
LA	Liberdade Assistida
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NOB-RH	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
NOB-SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
PAC I	Piso de Alta Complexidade
PAIF	Programa de Atendimento Integral a Família
PAEFI	Serviço de Atendimento Especializado a famílias e indivíduos
PBF	Programa Bolsa Família
PEC	Praça de Esporte e Cultura

PIB	Produto Interno Bruto
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSC	Prestação de Serviço à Comunidade
SEDESE	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SESI	Serviço Social da Indústria
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem comercial
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UAB	Universidade Aberta do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 A FUNCIONALIDADE DAS POLÍTICAS SOCIAIS PARA O SISTEMA CAPITALISTA: ENFOQUE PARA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	19
1.1 O contexto do surgimento das Políticas Sociais: Ênfase para a Política de Assistência Social	19
1.2 As inflexões do modelo Neodesenvolvimentista para a Política de Assistência Social no Brasil	24
CAPÍTULO 2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: DO BRASIL A FORMIGA/MG	34
2.1 A Política de Assistência Social no Brasil a partir da consolidação do SUAS	34
2.2 A Política de Assistência Social no município de Formiga/MG no processo de consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	43
2.3 A rede de serviços públicos em Formiga/MG	46
2.4 A Política de Assistência Social no Município de Formiga/MG	47
CAPÍTULO 3 O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM FORMIGA/MG	65
3.1 O Serviço Social e Projeto Ético Político Profissional	65
3.2 A análise da prática profissional no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS): no município de Formiga/MG	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	94

APÊNDICE

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA	101
--	------------

ANEXO

ANEXO A – CARTA ACEITE	103
-------------------------------------	------------

INTRODUÇÃO

O estudo que aqui se apresenta tem como objetivo analisar, a partir de um referencial teórico crítico, a forma como os assistentes sociais, enquanto trabalhadores que compõem o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), entendem e operacionalizam este sistema no município de Formiga/MG. Destaca-se a importância do Serviço Social em contribuir com a consolidação do Projeto Ético Político Profissional no cotidiano de suas ações, nos diversos espaços socioassistenciais materializados a partir da consolidação do SUAS.

A escolha do locus da realização da presente pesquisa se deu pelo fato da pesquisadora fazer parte do processo de consolidação do SUAS no município de Formiga/MG, enquanto assistente social, exercendo a função de supervisora do SUAS. Dessa forma, além do conhecimento adquirido através da pesquisa realizada, poderá agregar-se contribuições advindas da experiência cotidiana de trabalho da pesquisadora no processo de consolidação do SUAS, o que contribuirá para as análises apresentadas neste trabalho.

Em função do contexto que envolve a Política de Assistência Social no cenário brasileiro da atualidade e diante da complexidade da realidade burguesa em curso, procurou-se analisar criticamente os desafios postos à profissão a partir da elaboração da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) – (BRASIL, 1993b), da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) – (BRASIL, 2004d) e da instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – (BRASIL, 2005), pois, a partir da materialização dessas normativas consolidam-se espaços de trabalho para os assistentes sociais.

O processo de implantação da LOAS é revelador de mudanças institucionais e políticas indispensáveis para demarcação da política de Assistência Social como um direito no âmbito do sistema protetivo brasileiro. Isso se explica quando, a partir do ano de 2003, a política de Assistência Social ganha novos rumos no sentido de ser aprimorada. Diante disto, surge como principal deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social realizada no ano de 2003, a construção de um Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cuja finalidade é reafirmar as diretrizes da Constituição Federal e da LOAS, que versam sobre uma nova forma de organização e gestão da política de assistência social, tendo como diretriz

primordial o fortalecimento de processos democratizantes que ampliem e universalizem o acesso a serviços relacionados aos direitos socioassistenciais.

Neste sentido, surge uma das primeiras indagações que nortearam a construção da presente pesquisa: “até que ponto tais normativas contribuem no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais, para afirmação de tal política como um direito historicamente conquistado? Ou ainda perpetuam-se ações pontuais e ou emergenciais que lidam com as demandas trazidas pelos usuários apenas como singularidades, sem articulá-las com as configurações estruturais que formam a realidade social onde se produzem e se reproduzem as expressões da questão social que se tornam objeto de trabalho dos assistentes sociais?”

Sabe-se que, com a aprovação do SUAS, em 2005 foram materializados vários espaços de trabalho como já afirmado, consolidados principalmente através dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), nesta pesquisa será priorizado o trabalho no nível da proteção social básica desenvolvida nos CRAS, que trata-se de um espaço físico onde funciona um serviço municipal de atendimento psicossocial às famílias vulneráveis em função de pobreza e de outros fatores de risco e exclusão social. Tem como base territorial comunidades, regiões, bairros onde há maior concentração de famílias nessas condições.

A partir das considerações supracitadas percebe-se que o SUAS tem como uns dos seus eixos estruturantes a família e o território, materializados nos princípios preconizados pelos SUAS, sendo eles o princípio de matricialidade sociofamiliar e territorialização; para tal política a família constitui o espaço privilegiado para o desenvolver das ações profissionais, o núcleo básico de acolhida, convívio e protagonismo social, assim como o território significa o reconhecimento de múltiplos fatores sociais e econômicos que levam o indivíduo e a família a uma situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social. Em outras palavras, o princípio de territorialização é um instrumento técnico operativo do SUAS, para apreender, analisar e projetar suas ações de Proteção Social, tendo como núcleo de canalização e destaque a família.

A partir de tais considerações feitas surgem a priori as seguintes indagações: no âmbito da “matricialidade familiar” se conjuga o espaço privilegiado em que se vive, produz e determina a questão social? Na família está o *lócus* de possíveis respostas efetivas da prática profissional do Serviço Social? O conceito de

territorialização presente na NOB/SUAS é suficiente para destacar as áreas de maior incidência das expressões da questão social? Como os assistentes sociais na condição de trabalhadores assalariados estão respondendo as demandas trazidas pelos usuários no cotidiano de trabalho? Quais os desafios enfrentados pelos profissionais neste tempo de consolidação do SUAS? Qual a relação dos preceitos do Projeto Ético Político profissional e o trabalho na lógica preconizada pelo SUAS?

Julga-se assim, para a construção da presente pesquisa que os problemas sociais, traduzidos nas diversas expressões da questão social, não podem ser compreendidos de forma fragmentada e isolada, pois estão enraizados no desenvolvimento e dinâmica da relação antagônica capital e trabalho, intensificados com a adesão da política neoliberal, a partir da década de 1990.

Diante disto, um conjunto de questões emblemáticas e de paradoxos demanda o aprofundamento analítico da relação entre os limites estruturais, os desafios e possibilidades de um processo em movimento, dentre os desafios destaca-se: o desafio colocado para a categoria profissional neste tempo de consolidação do SUAS de articular o projeto profissional no cotidiano da intervenção no âmbito do SUAS, a direção ético-política da profissão recusa adoção de abordagens conservadoras e pragmáticas que tratam as demandas como problemas individuais e moralizam a questão social.

Fala-se do risco de criar uma estrutura burocrática e pragmática pelos profissionais em detrimento de uma reflexão crítica que contribua na superação de conceitos predeterminados atendo-se aos limites institucionais e respondendo fundamentalmente as necessidades imediatas trazidas pelo sujeito.

Soma-se ao exposto, a necessidade de conhecer com essa pesquisa como os profissionais inseridos no contexto do SUAS, tendo como lócus de pesquisa os CRAS do município de Formiga/MG e as duas equipes volantes que integram os CRAS em funcionamento no município, estão compreendendo e construindo o trabalho profissional no cotidiano de trabalho, destacando com isso os limites e avanços deste processo em evidência.

Os recursos metodológicos estabelecidos para o encaminhamento do processo de investigação foram, a priori, a realização da pesquisa bibliográfica, através de leituras referentes à temática pesquisada; num segundo momento buscou-se desenvolver a pesquisa de campo através de entrevistas semiestruturadas, apresentam-se como sujeitos de pesquisa 05 assistentes sociais

que trabalham diretamente com a implementação do SUAS em Formiga/MG, sendo 2 assistentes sociais dos CRAS I e II, 2 assistentes sociais das duas equipes volantes que integram os CRAS do município e uma assistente social da proteção social especial (CREAS). Apresentou-se ainda como sujeito da presente pesquisa a contadora da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano, responsável por gerir os recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS). Vale destacar que, a priori, a contadora da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano não mostrava-se como sujeito dessa pesquisa, mas, a partir de algumas respostas apresentadas pelos demais sujeitos da pesquisa, foi necessário incluí-la como sujeito da presente pesquisa.

Para manter o sigilo e o anonimato desses profissionais utilizamos nomes fictícios (Eduarda, Maria, Joana, Soraya, Iolanda e Shirlei). Dessa forma, caracterizamos os sujeitos conforme o quadro abaixo para melhor compreensão das posteriores análises.

QUADRO 1 - Sujeitos Entrevistados

Nomes fictícios dos sujeitos da pesquisa.	Profissão/cargo	Idade	Tempo de formada	Local em que se formou	Tempo de trabalho na área da assistência social em Formiga-MG
EDUARDA	Assistente Social-Técnica do CREAS	25 anos	3 anos	UNIFOR-MG	2 anos
MARIA	Assistente Social- Técnica da Equipe Volante CRAS I	44 anos	3 anos	UNIFOR-MG	2 anos
JOANA	Assistente Social- Técnica da Equipe Volante do CRAS I	25 anos	4 anos	UNIFOR-MG	2 anos
SORAYA	Assistente Social- Técnica do CRAS I	34 anos	4 anos	UNIFOR-MG	2 anos
IOLANDA	Assistente Social- Técnica do CRAS II	25 anos	3 anos	UNIFOR-MG	2 anos
SHIRLEY	Contadora-Contabilista	38 anos	9 anos	UNIFOR-MG	10 anos

Fonte: Elaborado por Jaqueline Aparecida Souza – pesquisa de campo.

A análise sobre os dados obtidos nesta investigação estiveram voltadas para a verificação de como os profissionais estão entendendo e conduzindo o trabalho profissional no cotidiano de trabalho, evidenciando limites e possibilidades, assim como equívocos em relação ao projeto ético político profissional. Os dados permitiram a problematização das indagações iniciais tendo a realidade social como ponto de partida e chegada.

No que refere-se à estrutura do trabalho, a divisão dos capítulos ocorreu da seguinte forma:

No primeiro capítulo será analisado o significado da implantação das políticas sociais, (priorizando neste momento a Política de Assistência Social), no contexto da sociedade capitalista brasileira, procurando evidenciar as suas particularidades, considerando algumas características dessa formação social sob a égide do capitalismo.

A discussão realizada no segundo capítulo, passou pelo levantamento de algumas características do município de Formiga/MG, destacando a rede socioassistencial estruturada no município, analisou-se ainda a Política de Assistência Social Municipal (objeto de trabalho da presente pesquisa), sobre a ótica dos sujeitos envolvidos com a sua implementação na proteção social básica, enfatizando os limites e possibilidades para sua real efetivação. Para isso foi realizado uma comparação entre as respostas dos sujeitos da pesquisa e as fontes bibliográficas sobre a temática proposta utilizadas para a realização da pesquisa, tendo como matriz teórico metodológica o método crítico dialético. Ainda neste capítulo, será analisado o processo histórico de consolidação da Política de Assistência Social no Brasil, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, LOAS, além das legislações que regulamentam o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), quais sejam: PNAS, NOB-SUAS, e a recente Lei 12.435 (BRASIL, 2011a), que regulamenta o SUAS, alguns pontos de tais normativas foram analisados tendo como base teórica os preceitos da economia política.

No terceiro capítulo, buscou-se analisar a prática profissional dos assistentes sociais, que atuam no processo de consolidação do SUAS, buscando evidenciar a necessidade da articulação do Projeto Ético Político Profissional no cotidiano de trabalho do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), analisando a partir das falas dos sujeitos se os mesmos enquanto constituintes deste processo veem isso

como uma possibilidade mesmo considerando este não ser um projeto hegemônico no seio profissional e ser necessariamente uma construção coletiva.

Vale ressaltar que não foi propósito desta pesquisa esgotar a temática, isso porque, na perspectiva teórica proposta por este estudo, a realidade é vista como histórica-dialética, em movimento e em constante mudança.

CAPÍTULO 1 A FUNCIONALIDADE DAS POLÍTICAS SOCIAIS PARA O SISTEMA CAPITALISTA: ENFOQUE PARA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1.1 O contexto do surgimento das Políticas Sociais: Ênfase para a Política de Assistência Social

No estudo que ora se apresenta, o tema acerca do surgimento das políticas sociais será tratado a partir da perspectiva de totalidade, ou seja, a partir de determinantes da sociedade socio-histórica, consolidada na sociedade capitalista, procurando evidenciar que apesar dos avanços normativos recentes no contexto da Política de Assistência Social, a sua funcionalidade em garantir a perpetuação do capital se faz latente. Na análise de Sheyla Silva (2013, p. 87):

[...] o atual modelo da Política de Assistência Social brasileira dá suporte a superexploração do trabalho e equaliza a pobreza entre os próprios trabalhadores, para resguardar a riqueza produzida no país do conflito sobre sua repartição e transferi-la para expansão do capital, em escala internacional.

Deste modo, a explicação da necessidade de implementação de políticas sociais pelo Estado, entre elas a Política de Assistência Social, passam necessariamente pela discussão das complexas relações sociais, assumidas pelas classes antagônicas no processo de produção e reprodução capitalista, a partir da categoria ontológica e central do trabalho. É na dinâmica dessa relação conflituosa entre capital/trabalho, que se evidenciam as diversas expressões da questão social que se tornam objetos de intervenção do Estado, pelos diferentes arranjos do sistema de proteção social brasileiro. Vale ressaltar que, no caso específico do Brasil, não basta identificar as categorias centrais que determinam a questão social no plano da universalidade, há que analisar também como aponta Josiane Santos (2012, p. 433) “[...] a Singularidade dos componentes dessa sociedade enquanto formação social concreta, para que se tenham condições de dimensionar suas particularidades enquanto mediações centrais das expressões da questão social.”

Uma das categorias a serem analisadas procurando evidenciar as particularidades históricas assumidas na sociedade brasileira, constitui-se nas características assumidas pelo trabalho em períodos que antecedem o período

fordista do capitalismo brasileiro, a crise estrutural datada em meados de 1970 e a posterior adesão ao neoliberalismo como modelo econômico predominante, embora, as características de precarização do trabalho estejam mais acentuadas diante do processo de acumulação flexível em curso. Vejamos o que Josiane Santos (2012, p. 435), designa como flexibilidade e precariedade no trabalho:

[...] inexpressividade e, em vários casos, ausência de regulamentação do trabalho; alta rotatividade nos postos de trabalho; subemprego; informalidade... Isso tudo está presente no Brasil ao longo da formação de seu mercado de trabalho (desde o final da escravidão), acentuando-se com a regulação do trabalho estabelecida por Vargas a partir dos anos de 1930 e especialmente, no momento da ditadura militar.

A partir do surgimento do trabalho “livre”, sucumbindo da estrutura social a relação entre senhores e escravos, a sobrevivência do indivíduo se vincula a inserção no mercado de trabalho dominado pelo capital. Nos anos de 1930, evidencia-se um forte processo migratório da população que vivia do campo para a cidade, contribuindo para a formação do proletariado recrutado para atuar no mercado industrial em curso. É sabido que os trabalhadores desta época já experimentavam altos índices de exploração da sua força de trabalho; na análise de Iamamoto e Carvalho (2007, p. 129),

O poder aquisitivo dos salários é de tal forma ínfimo, que para uma família média, mesmo com o trabalho atenuantes da maioria de seus membros, a renda obtida fica em nível insuficiente para a subsistência. O preço da força de trabalho será constantemente pressionado para baixo daquele nível pela progressiva constituição do mercado de um relativamente amplo mercado industrial de reserva.

São características pertinentes deste mercado de trabalho em formação, a inserção de forma prematura de mulheres e crianças nos postos de trabalho, o que funcionava como um mecanismo de rebaixamento salarial, atenuando a precarização das relações de trabalho já no processo de sua consolidação.

Essas condições de trabalho às quais estão submetidos os trabalhadores, fazem com que esses se organizem, processo este que culmina na implantação do corporativismo por parte do Estado. Neste período, o Estado assume paulatinamente os interesses das classes populares, procurando atenuar conflitos entre as classes, e disciplinar o proletariado através da implantação de parcas

legislações trabalhistas e sindicais. Faz-se necessário registrar ainda que as legislações trabalhistas se dirigiam aos poucos trabalhadores que viviam nos centros urbanos, se comparados a grande parcela de trabalhadores que viviam no campo trabalhando de forma informal sem quaisquer direitos sociais.

No Brasil, os marcos da ascensão do capitalismo como modo de produção operante é marcado pela ausência por parte do Estado na garantia dos direitos sociais, estes inicialmente foram direcionados a alguns grupos estratégicos de trabalhadores para que pudessem contribuir em certa medida com a expansão econômica do país, que se baseava na exportação do café. Paulatinamente estes direitos foram sendo estendidos a outras categorias profissionais e expandindo no que se refere à cobertura que ofereciam, vale dizer que a organização da classe trabalhadora foi muito importante neste sentido.

Na primeira metade do século XX, no Brasil, juntamente com o agravamento da questão social foram emergindo algumas ações estatais que pudessem atenuar as degradadas condições de trabalho e de vida.

Na década de 1950, especificamente no que tange a garantia de direitos sociais, Pereira, (2012, p. 733), afirma que “[...] a política social teve um papel marginal.” Pois a preocupação central do governo estava em garantir um progresso exorbitante para o país. Neste período a formação do mercado de trabalho, voltava-se, exclusivamente para a formação de mão de obra para trabalhar nas empresas estrangeiras. Diante desse processo de crescimento industrial no país, convivem características para o mercado de trabalho em formação: exploração da força de trabalho, formação do excedente da mão de obra, baixa remuneração salarial, concentração de renda, diferenciação entre o trabalhador formal e informal.

Na década de 1960, período em que o país conviveu com a ditadura militar, o fim a ser alcançado pelo governo, era o de transformar o Brasil, em uma grande potência internacional. Durante esse período de 21 anos, o Brasil foi governado através dos chamados Atos Institucionais, que apontavam a forma de como os direitos civis, políticos e sociais seriam gestados, buscavam por meio dos Atos Institucionais, controlarem qualquer tipo de insatisfação e organização por parte da camada popular para que a economia do país pudesse se desenvolver segundo interesses particulares dos governantes militares. Neste período acentuam-se as diversas expressões da questão social, tratada por meio da repressão da classe trabalhadora.

Se fica, portanto, evidente que a restrita regulação da força de trabalho, contribui de forma significativa, para a consolidação de uma cidadania que Wanderley Santos (1987), designou de “cidadania regulada”, direcionada a certos grupos populacionais como forma de apaziguar conflitos e inibir os movimentos reivindicatórios por melhores condições de vida por parte do proletariado. Nas palavras de Josiane Santos (2012, p. 437), “[...] está uma estratégia recorrente de antecipação das classes dominantes aos movimentos reais ou potenciais das classes subalternas.” Então podemos afirmar como particularidades evidenciadas, a partir da formação socio-histórica brasileira, as seguintes características: presença dos grandes latifundiários que se transformam na burguesia em ascensão, processo latente de migração do campo para cidade, modernização tardia se comparada aos países desenvolvidos, legislações direcionadas a certos grupos sociais em detrimento do princípio da universalidade, mão de obra excedente e barata e finalmente repressão aos movimentos sociais.

É por isso que a análise genérica da crise capitalista atual, vivenciada a partir da década de 1990, e seus rebatimentos no contexto social, passa necessariamente pelas características dadas ao binômio: flexibilidade e desregulamentação ao longo da formação socio-histórica brasileira, como procurou-se evidenciar em linhas anteriores. Percebe-se que os anos que sucederam a década de 1980, com o declínio do Estado de Bem Estar Social, nos países desenvolvidos visto que não foi uma experiência vivenciada pelo Brasil, e isso também, a nosso ver, constitui-se em uma particularidade que deve ser levada em conta no processo de constituição das políticas sociais como forma de enfrentamento das diversas expressões da questão social aqui, foi caracterizado por um período em que o trabalho perdeu sua centralidade, caracterizando um processo de reestruturação capitalista, marcado por mudanças significativas no mundo do trabalho, pela globalização da economia, estas características refletem de forma direta na vida dos trabalhadores, e faz do sistema capitalista associado à política neoliberal um sistema capaz de produzir na análise de Sheyla Silva (2013, p. 87):

O sistema capitalista tem uma ineliminável capacidade de ampliar a pobreza no seio mesmo de seus avanços produtivos, como decorrência da produção social de uma riqueza apropriada de forma crescentemente concentrada sob os desígnios da exploração do trabalho. Essa lei geral da acumulação capitalista é determinação

fundante da questão social e põe em confronto duas classes fundamentais do capital.

É neste sentido, que devemos compreender o significado dado à implementação de políticas sociais, assim como a expansão das políticas de assistência social e suas normativas, objeto de análise neste trabalho, e sua funcionalidade ao sistema capitalista, implementadas no cenário regido pelos ideários da política neoliberal, como acentuado em linhas anteriores.

Dessa forma, essa nova lógica financeira proporciona uma expansão voltada para economia a partir de fusões transnacionais, associados às instituições financeiras que passam a comandar o processo de acumulação capitalista, nos países subdesenvolvidos, procurando atender objetivos paradoxais que favoreçam a acumulação da riqueza apropriada de forma privada pelos donos dos meios de produção, nas palavras de lamamoto (2011, p. 111):

[...] a transferência de riquezas entre classes e categoriais sociais e entre países está na raiz do desemprego crônico, da precariedade das relações de trabalho, das exigências da contenção salarial, da chamada flexibilidade das condições de trabalho, além do desmonte dos sistemas de proteção social.

A partir da adoção deste modelo percebe-se um aumento significativo no investimento em capital constate em detrimento do capital variável, contribuindo assim de forma bastante acentuada para o aumento das diversas expressões da questão social, que passam a exigir do Estado estratégias para o seu enfrentamento.

No final do século passado e início do novo milênio testemunharam, então, a irrupção de mobilizações contra a ofensiva neoliberal e conduziram o neoliberalismo a uma restauração do tipo 'social liberalista', que sob o mote retórico da justiça social, incorpora um novo discurso, articulando o crescimento econômico à equidade, como ferramentas do enfrentamento da questão social globalizada, o social-liberalismo é a nova fase do neoliberalismo em seu processo de restauração. (SILVA, S. S. S., 2013, p. 91).

Trataremos destas questões a seguir.

1.2 As inflexões do modelo Neodesenvolvimentista para a Política de Assistência Social no Brasil

Tem sido recorrente discussão no Brasil a emergência de um Governo neodesenvolvimentista, implantado a partir do segundo mandato do governo de Luís Inácio Lula da Silva. Segundo análise de Sheyla Silva (2013, p. 92), são características do modelo supracitado:

Uma política monetária lastreada por juros baixos, uma política cambial que administra uma taxa de câmbio competitiva, para exportação de produtos manufaturados e com a regulação do fluxo de capitais financeiros; uma política fiscal que cumpra o papel de controlar os gastos públicos com o objetivo de manter o novo emprego, melhorar a condição de vida da população e realizarem arrecadação progressiva.

Tal modelo diferencia dos preceitos do modelo neoliberal nas análises feitas pelas autoras como Sheyla Silva (2013) e Josiane Santos (2012), por ter como objetivo manter um Estado forte e participativo, comprometido com o desenvolvimento econômico do país, e com a chamada inclusão social, para isso faz-se necessário que o Estado implemente um conjunto de medidas que atuem diretamente nas diversas expressões da questão social, como se estas fossem algo independente do processo de acumulação capitalista e seus rebatimentos para a classe trabalhadora. Para Sheyla Silva (2013, p. 93), esse modelo propõe “[...] um conjunto de medidas sociais que atuem sobre a questão social e promovam a equidade e a justiça social” pela via da implantação de programas, serviços, projetos e benefícios socioassistenciais, sem, contudo, questionar os determinantes do processo de acumulação capitalista.

Neste sentido, podemos afirmar que um dos preceitos propagados por este atual modelo, neodesenvolvimentista, é justamente o comprometimento do governo com a expansão da política de Assistência Social e sua regulamentação, no sentido de instituir um Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com enfoque prioritário no enfrentamento da “pobreza extrema”, desvinculadas é claro de suas causas estruturais a expropriação e exploração da classe trabalhadora. Sobre isso Josiane Santos coloca que:

Isso significa dizer que ‘a questão social’ passa a ser enxergada predominantemente, como sinônimo de ‘exclusão social’ e reduzida à pobreza. Esta redução estratégica das políticas sociais ao combate da pobreza é mais uma ferramenta de ‘desmonte’ do que se pretende afirmar como proteção social de cunho universalizante”. (SANTOS, J., 2012, p. 441).

Percebemos, atualmente que a discussão de tal política passa necessariamente pela noção de exclusão social, tendo o recorte de renda como fator norteador para implementação dos programas sociais e sua focalização na chamada extrema pobreza. Na análise de Castel (2000, p. 27), no que refere-se à noção de exclusão este coloca que:

[...] uma palavra “valise” utilizada para discutir todas as misérias. É uma noção que afirma pela qualificação negativa a falta de, empregada com uma heterogeneidade de usos, sem dizer com vigor, no que consiste e de onde vem. A noção automatizada de situações limites, que só tem sentido dentro do circuito vivo das forças sociais, dos processos que a criam. Focaliza efeitos de processos que atravessam o conjunto da sociedade, correspondendo a um tipo clássico de focalização da ação social: delimitar zonas de intervenção que podem dar lugar às atividades de reparação.

Na presente análise, a noção de exclusão passa necessariamente pela discussão das metamorfoses que a categoria trabalho assume nos moldes da sociedade capitalista, diante das complexidades da dinâmica social em curso. Antunes (2007), descreve como sendo características do mundo do trabalho: a intensificação da jornada de trabalho, a subcontratação, a informalização e a busca incessante por mão de obra pouco qualificada, que diante do grande contingente do mercado industrial de reserva se submetem a relações de trabalho cada vez mais precárias.

Diante da complexidade propiciada pela superexploração da força de trabalho pelo capital, as estratégias assumidas pelo governo para o enfrentamento de “situações problemas”, em busca de mistificar todo este processo de exploração de uma classe sobre a outra, são traduzidas em ações pontuais e com caráter emergencial, tendo como foco central a família em situação de risco social, ou ainda nos chamados grupos prioritários para participar dos Programas de Transferência de Renda materializados principalmente pelo Programa Bolsa Família (PBF) e Benefício de Prestação Continuada (BPC). Neste sentido, como bem evidencia Sheyla Silva (2013, p. 100) “[...] lembremos que os atuais beneficiários dos programas de

transferência de renda são, também, trabalhadores aptos, subocupados, com escassos rendimentos per capita familiar.”

Neste sentido, podemos afirmar que os programas de transferência de renda mesmo com seu caráter minimalista funcionam como um complemento de renda as famílias cujo trabalho, na maioria dos casos é informal e mal remunerado, e através dele o trabalhador não consegue suprir suas necessidades mais elementares de garantia de sobrevivência e reprodução humana. E sua funcionalidade a perpetuação do capital deve ser analisada a partir de dois vieses: o primeiro deles econômico, essa complementaridade na renda das famílias brasileiras, ditas como famílias de “baixa renda” possibilitam que essas participem do processo de consumo movimentando a economia local, e um segundo viés na análise de Josiane Santos (2012), está no nível de aceitação por parte da população às propostas do governo Lula e da atual presidente, devido a essa medida de implantação de programas de transferência de renda.

É notório que as diversas expressões da chamada questão social são apreendidas neste contexto, como situações singulares, enfrentadas de forma paliativa pelos governos, através de implementação de ações pontuais e emergenciais; percebe-se que a questão social passa a ser analisada de forma desconectada da realidade concreta. Nas palavras de Yamamoto (2011 p. 164) “[...] a questão social passa a ser esvaziada de suas particularidades históricas, perdendo o movimento e a riqueza da vida.” Então, a partir de uma perspectiva totalizante podemos compreender as políticas sociais como:

As políticas sociais constituem-se então, como uma das atribuições do Estado Capitalista de oferecer bens e serviços sociais, uma forma de enfrentamento do processo de pauperização das classes trabalhadoras e, inclusive, para a garantia da manutenção e reprodução da ordem social vigente. Este, portanto, é o caráter utilitarista das políticas sociais para a classe dominante. (ALVES, 2007, p. 34).

Neste sentido, o processo de crescimento das diversas expressões da questão social vem sendo acompanhado por um processo de ampliação da política de Assistência Social, sendo ainda objeto para implementação de serviços, programas e projetos por parte da União, Estado e Município, de forma mais acentuada a partir da consolidação do chamado Sistema Único de Assistência Social. Porém, mesmo diante dos avanços normativos, segundo Josiane Santos

(2012), os traços particulares da formação histórica brasileira, evidenciam as diversas expressões da questão social sobre os ditames da precarização das relações de trabalho e passivização dos movimentos sociais através da consolidação de ações paliativas. Ainda que esta passivação esteja sendo posta em cheque nos dias de hoje, pois a população brasileira tem se manifestado cada vez mais a fim de denunciar as atrocidades que permeiam a construção da sociabilidade brasileira.

Ainda na análise da proteção social e o cunho “redistributivo” que perpassa a lógica assumida pela Política de Assistência Social, temos a primazia da lógica da autonomia do usuário das mais variadas necessidades, via desenvolvimento de potencialidades e inclusão social, Pereira (2013, p. 640) coloca que a sociedade liberal afirma que “[...] o indivíduo deve ser incentivado a autossatisfazer suas necessidades.” “E todos esses mantras têm como fundamento a concepção liberal de que não há melhor fonte de bem estar humano do que o trabalho, já que é por meio deste que se criam meios dignos de autossustentação.” (PEREIRA, 2013, p. 640).

De acordo com os ditames do neoliberalismo, a forma que o trabalho se configura na sociedade capitalista, se traduz em trabalho assalariado, pautado na lógica da exploração de uma classe sobre a outra, limitando-se ao atendimento das necessidades elementares do indivíduo social. É, portanto, um significado que difere do significado dado à categoria trabalho pela economia política a partir da qual o

[...] trabalho entendido como uma necessidade humana vital, mediante o qual homens e mulheres interagem pacificamente com o mundo que o cerca e com a natureza, não só para terem seus carecimentos materialmente atendidos, mas também para desenvolver coletivamente a própria humanidade. (PEREIRA, 2013, p. 648).

Logo, o trabalho na sociedade do capital é unicamente meio necessário para garantir a sobrevivência. Quando esta não vê-se garantida pelo trabalho, vê-se complementada pela Política de Assistência Social, direcionadas aos pobres ou extremamente pobres. Diante desta afirmação, analisando o atual governo Dilma, esta através do “Plano Brasil sem Miséria”, demonstra como tendência privilegiada a focalização em grupos prioritários diante dos critérios de elegibilidade. Como características deste governo Pereira, acrescenta:

Ademais, cabe registrar a adesão deste governo à ética capitalista neoliberal do workfare, que se expressa, seja na cobrança de contrapartidas dos beneficiários da assistência social pública, para livrá-los da dependência desta, seja na ativação imperiosa desses beneficiários para inserção no mercado de trabalho com vistas a sua autossustentação. (PEREIRA, 2012, p. 647).

Diante dessas considerações acerca do significado das estratégias assumidas pelo atual governo, como forma de enfrentamento dos problemas sociais, dois programas instituídos recentemente, em complemento aos Programas de Transferências de Renda, devem ser destacados a fim de evidenciar as estratégias da Política de Assistência Social na mistificação das causas estruturais da pobreza e atenuação da capacidade organizativa do proletariado: primeiro, o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho, instituído por meio da Resolução de número 18, de 24 de maio de 2012, como parte do chamado Plano Brasil Sem Miséria, criado pelo governo federal com os seguintes objetivos:

[...] esse plano tem como principal estratégia articular transferência de renda, acesso a serviços e inclusão produtiva, com um conjunto de ações que envolvem a criação de novos programas e ampliação de iniciativas já existentes, parceria com os estados, municípios e distrito federal, empresas públicas, privadas e organizações da sociedade civil. (BRASIL, 2012, p. 4).

O programa ACESUAS-TRABALHO, consiste em contribuir para a integração dos usuários da política de assistência social ao mundo do trabalho, através da oferta de cursos técnicos e profissionalizantes, de forma conjunta com o chamado sistema “S”, Sesi, Senai e Senac, assim como com os Institutos Federais, por meio de ações articuladas e mobilização social, sendo esta última de responsabilidade dos municípios via secretarias municipais correlatas à política de assistência social. O processo de mobilização social consiste em “identificação e busca ativa do público prioritário” a saber:

- Famílias e indivíduos com perfil do plano Brasil sem miséria;
- Pessoas com deficiência beneficiárias do BPC;
- Jovens egressos do serviço de Convivência para jovens;
- Pessoas inscritas no CAdÚnico;
- Egressos do sistema socioeducativo;
- População em situação de rua;

- Famílias com crianças em situação de acolhimento provisório;
- Adolescentes e jovens egressos do serviço de acolhimento;
- Indivíduos e famílias moradoras em territórios de risco em decorrência de tráfico de drogas;
- Indivíduos egressos do sistema penal;
- Beneficiários do Programa Bolsa Família;
- Pessoas retiradas do trabalho escravo;
- Mulheres vítimas de violência;
- Entre outros para atender demandas territoriais; (BRASIL, 2012, p. 6).

A divulgação do programa deve se dar por meios de reuniões com a comunidade através de palestras, oficinas, entre outros, identificação e orientação às pessoas com deficiência e suas famílias, quanto às oportunidades de acesso a participação nos cursos de formação e qualificação profissional (BRASIL, 2012, p. 8).

A partir de tais colocações, quem são os atendidos pela política de assistência social brasileira? Há visivelmente, um recorte dos grupos prioritários, neste contexto tem-se uma política celetista, voltada para resolução de situações problemas analisadas de forma individualizada, de forma desconectada das determinações universais do contexto social. O que nos leva a indagar: em que medida a qualificação profissional sob formas de treinamentos pontuais de curto prazo, contribuirá para a superação desta situação inicial de extrema pobreza, (se é que contribuirá de forma positiva), tendo como premissa as configurações assumidas pelo trabalho na sociabilidade capitalista já evidenciadas em linhas anteriores, o que nos leva há uma questão central a ser analisada: Qual a condição do mercado em absorver tal mão de obra? Em quais condições estes serão absorvidos pelo mercado de trabalho? Serão inseridos no mercado de trabalho formal ou em certa medida contribuirá para o crescimento do trabalho informal submetido a condições precárias de trabalho, associados a baixos salários, o que faz que mesmo com o dispêndio da força de trabalho o homem não consiga suprir suas necessidades básicas e se torne ou continue sendo usuário da Política de Assistência Social, tida como forma complementar de renda.

Tais estratégias funcionam como uma forma encontrada pelo Estado de amenizar as desigualdades sociais sem tocar na sua causa fundamental, alimentada

na relação antagônica entre capital e trabalho. Sendo assim, mesmo que o atual governo afirma haver uma redução no desemprego atrelado a uma política de crescimento econômico, isto não identifica na prática a redução da desigualdade social, entendida como um fenômeno estrutural que atinge a totalidade dos indivíduos. Segundos dados de um estudo realizado por Soares (2001b, p. 174), “O trabalho informal cresceu 62% na década. No Brasil, todo acréscimo de pessoas ocupadas no último ano ocorreu no mercado informal: das 433 mil pessoas que entraram no mercado de trabalho no período 78% não assinaram carteira.” Vale ressaltar que nas pesquisas realizadas pelo IBGE para mensurar o declínio do desemprego, não evidenciam a precariedade das relações de trabalho, esta não é levada em conta, nessas pesquisas consideram apenas as pessoas sem ocupação que procuram ativamente por um emprego. Assim, “[...] um desempregado que encontra um ‘bico’ por mais precário que seja, passa ser ‘ocupado’, ainda que se trate de um subemprego.” (SOUZA, 1998, p. 164).

Sendo assim, os que conseguem se inserir no mercado de trabalho aumentam com isso seu poder de consumo, contribuindo assim para perpetuação do modo capitalista de produção, acentuando a materialização da proposta do governo neodesenvolvimentista: de manutenção do pleno emprego e aumento progressivo do mercado consumidor. Neste sentido Yazbek (2003, p. 55-56, grifo nosso) coloca que:

Historicamente, a assistência social pública é o mais importante mecanismo pelo qual são estendidos aos segmentos mais pauperizados de uma classe serviços e recursos como creches, **programas de profissionalização** (grifos nossos), programas de geração de renda, de moradia, de atendimento a direitos da criança, do adolescente, do idoso, do portador de deficiência, do homem de rua e muitos outros. Trata-se de um conjunto de ações extremamente diversificadas que têm como alvo prioritário a situação de espoliação e pobreza de um segmento também diversificado e cada vez maior das classes subalternas, que em geral situa-se na chamada linha da pobreza, que alcança mais da metade das famílias brasileiras. Essa população, inserida ou não no mercado de trabalho, caracteriza-se, pois por sua condição de dependência de sua intervenção pública para sobreviver.

Pensando ainda no nível da Proteção Social Básica preconizado pelo SUAS, e nas estratégias assumidas pela Política de Assistência Social no enfrentamento da pobreza, temos como proposta do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate

à Fome o chamado reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), a serem ofertados nos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), em complemento ao PAIF, ou por entidades socioassistenciais, devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social, desde que estas comprovem capacidade de estrutura física e de recursos humanos para desenvolverem as atividades correlatas ao SCFV. Segundo definição do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos consiste em:

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida, com o objetivo de assegurar espaços de convívio familiar e comunitário e o desenvolvimento de afetividade e sociabilidade [...] por meio da criação de espaços de reflexão sobre o papel das famílias na proteção de seus membros. (BRASIL, 2013b, p. 1).

A partir de tal colocação percebe-se a transferência da responsabilidade para a família em proteger os seus membros, de fato a intervenção do Estado se dá quando a família não é capaz de prover o cuidado e as provisões necessárias a “prole” para seu pleno desenvolvimento. Importante frisar sobre quais condições objetivas e universais se encontram tais famílias, contraindo assim o princípio da territorialização proposto pela Política de Assistência Social, a partir do qual há um recorte do território analisado de forma desconectada da realidade em sua totalidade a partir de suas determinações. Vejamos a definição da Política Nacional de Assistência Social:

Pensar a na política pública a partir do território, exige também um exercício de revista à história, ao cotidiano ao universo cultural da população que vive neste território [...]. A perspectiva de totalidade, e de integração entre os setores para uma efetiva ação pública... Vontade de fazer valer a diversidade e intersectorialidade das políticas locais. [...] Identificar os problemas concretos, as potencialidades e soluções a partir de recortes territoriais [...]. (BRASIL, 2004d, p. 44).

Duas questões inerentes à implementação da Política Pública de Assistência Social devem ser analisadas: o conceito atribuído à categoria de totalidade assimilada a partir da perspectiva da integração do indivíduo ao contexto social, afinal são duas categorias que não se combinam, na análise da citação supracitada percebe-se uma perspectiva de inclusão de setores identificados a partir de um

recorte de territórios específicos. Na análise que ora se apresenta, a perspectiva de totalidade deve ser entendida como: “Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (Classes de fatos, ou conjuntos de fatos) podem vir a ser racionalmente compreendidos.” (KOSIK, 2010, p. 44).

Ainda na análise de Pontes (2010, p. 70), “[...] a totalidade é uma categoria concreta. É própria constituição do real.” A partir de tais colocações observa-se que, a realidade deve ser entendida como sendo síntese de várias determinações, que não são passíveis de serem compreendidas a partir de um território, pois, este território faz parte de um complexo maior que é a realidade concreta e não pode ser analisado de forma desconectada do real, e isso se dá por aproximações sucessivas que não esgota o conhecimento da realidade sempre em mutação. Voltemos à análise do processo de reordenamento proposto pelo MDS.

Percebe-se ainda que com a lógica proposta pelo reordenamento, a lógica do financiamento por parte da União, através do repasse Fundo a Fundo se modifica, unificando em um único Piso o recurso, denominado Piso Básico Variável para cofinanciamento de tal serviço. Na análise do MDS, essa mudança proporciona maior flexibilidade da utilização do recurso por parte dos municípios, todavia é condição para o repasse para o município o alcance da meta de atendimento de no mínimo 50% do público prioritário definido a partir da publicação da Resolução n. 1 (BRASIL, 2013b).

Enfatiza-se com isso o recorte feito pela Política de Assistência Social aos grupos prioritários e análise da eficácia de tal política pautada em indicadores quantitativos em detrimento de uma análise qualitativa ou qualiquantitativa, dos serviços implementados a partir da consolidação do SUAS, essa perspectiva é afirmada a partir do preenchimento mensal obrigatório dos relatórios disponibilizados pela Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social (SEDESE) e Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), assim como os instrumentais de prestação de contas do MDS, oriundos do Sistema de Monitoramento e Avaliação do SUAS, disponibilizado nos sistemas operacionais do SUAS, Plano de Ação, Plano de Serviços, demonstrativo físico financeiro, associados à necessidade de aprovação destes pelo Conselho Municipal de Assistência Social, como órgão responsável pelo exercício do controle social, como condição para a continuidade do

repassa financeiro fundo a fundo, importante frisar que nem sempre quantidade é sinônimo de qualidade. Na análise de Alves (2007, p. 145):

Resgatando a discussão teórica apresentada no presente estudo, examina-se que o padrão histórico que tem caracterizado a realização das políticas sociais no Brasil, seletivo, fragmentado, excludente e setorializado concorre para uma gestão alheia a processos avaliativos que não se limitem a processos avaliativos quantitativos mas sobretudo qualitativos, que expressem a medição do que mudou no grau de qualidade de vida dos usuários desses serviços, sob uma perspectiva fundamentalmente crítica e transformadora.

A partir das considerações realizadas podemos afirmar que a Política de Assistência Social, tem respondido em grande medida aos interesses do governo neodesenvolvimentista, por meio da focalização na extrema pobreza, funcionando como um mecanismo de complementação de renda para a classe que se insere de forma precária no mercado de trabalho, regido por baixos salários, formas de contratações precárias, informalidade. Ou ainda, como sendo a única fonte de renda para aqueles que não conseguem se inserir no mercado de trabalho, limitando ao suprimento de necessidades elementares ao nível da sobrevivência, transformando no grande mercado industrial de reserva que o capitalismo não consegue absorver. Isso nos permite afirmar que, apesar dos avanços normativos no âmbito da Política de Assistência Social, esta se mostra funcional a perpetuação dos interesses capitalistas em atenuar as expressões da questão social, sem contudo questionar os determinantes que lhe dão origem, ou seja, a relação antagônica capital versus trabalho.

Diante disto, no próximo capítulo faremos uma análise do atual desenho proposto a Política de Assistência Social no Brasil, procurando evidenciar as particularidades que tal política assume no município de Formiga/MG, afirmando que tais particularidades estão atreladas a essas características da formação socio-histórica já evidenciadas neste capítulo.

CAPÍTULO 2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: DO BRASIL A FORMIGA/MG

2.1 A Política de Assistência Social no Brasil a partir da consolidação do SUAS

O capítulo que ora se apresenta tem como desafio central pensar a Política de Assistência Social, a partir do marco regulatório da promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e posterior aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social, (LOAS), da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) 2004, que culminou no ano seguinte com a implantação do Sistema Único de Assistência Social, (SUAS) 2005.

Em um primeiro momento será apresentado aos leitores o desenho da Política de Assistência Social a partir da análise crítica de alguns elementos presentes nas normativas que a consolidam como Política Pública, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, com posterior aprovação da LOAS, PNAS e SUAS.

No item dois deste capítulo, procurar-se-á demonstrar e analisar como a Política de Assistência Social se particulariza no município de Formiga/MG, enfatizando os limites e desafios para sua operacionalização neste município, tendo como contribuição para a construção do estudo os relatos dos profissionais que trabalham diretamente com a implementação desta Política, no nível da Proteção Social Básica (PSB), preconizada pelo SUAS.

A Política de Assistência Social a partir da consolidação da Carta Magna, no ano de 1988 ganha uma nova configuração passa do terreno da filantropia, da ajuda e do favoritismo prestados aos mais pobres - para o campo do direito a ser prestado a quem dela necessitar, (pelo menos em termos normativos), colocando como uma de suas diretrizes a primazia do Estado na responsabilidade da condução de tal política, a fim de garantir seguranças aos usuários da Política de Assistência Social, de acolhida, renda, direito a vivência e convivência familiar - comunitária, conquista de melhores graus de liberdade, conquista de maior grau de independência pessoal e qualidade de vida (BRASIL, 2005a).

Posterior à promulgação da Constituição Federal de 1988, e a normatização da Política de Assistência Social como política pública, a partir dos artigos 203 e 204, tem-se a publicação da LOAS, (publicada no ano de 1993 e, alterada pela Lei

12.435 de 2011). Esta legislação normatiza os artigos supracitados, sendo um processo revelador de mudanças institucionais indispensáveis para a demarcação da Política de Assistência Social como um direito no âmbito do sistema protetivo brasileiro. No entanto, somente em 2003, surge como principal deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social, a construção de um Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que tem a finalidade de reafirmar as diretrizes da Constituição Federal e da LOAS, que versam sob uma nova forma de organização e gestão da Política de Assistência Social, tendo como diretrizes primordiais, o trabalho com as famílias a partir dos territórios com maior índice de vulnerabilidades sociais, com o objetivo do fortalecimento dos processos democratizantes que ampliem e universalizem o acesso a serviços relacionados aos direitos socioassistenciais.

Assim, o SUAS aprovado em 2005, é um Sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função garantir a proteção social, a vigilância social e a garantia de direitos, através da gestão da Política de Assistência Social no campo da proteção social brasileira.

Neste sentido, tais normativas citadas anteriormente garantem a Política de Assistência Social o “status” de política pública não contributiva sobre o comando do Estado orientada pelo princípio da universalidade (em tese). Vejamos:

Art. 2º [...]

Parágrafo único - Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza de forma integrada às políticas setoriais, garantindo os mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais. (BRASIL, 1993a).

Art. 4 A Assistência Social rege-se pelos seguintes princípios:

II- Universalização dos direitos sociais a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; (BRASIL, 1993a).

Art. 3 São princípios organizativos do SUAS: Universalidade: Todos tem direito a proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e a autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória de sua condição; (BRASIL, 2013a, p. 3).

Tais apontamentos contidos nas legislações que normatizam tal política precisam ser analisados com maior rigor teórico, o primeiro ponto a ser enfatizado está no fato de que a política se propõe a enfrentar a pobreza, através da garantia

de mínimos sociais. Primeiramente, o mínimo a ser garantido aos necessitados não é um conceito explícito na LOAS, sendo assim, pode ser alvo de inúmeras interpretações. Partindo da premissa defendida por Pereira (2011), a provisão de mínimos tem a conotação de menor, o estritamente necessário para a sobrevivência. Ainda na análise desta mesma autora:

[...], contudo, os mínimos sociais – uma política mais facilmente verificada nos países centrais – são geralmente definidos como recursos mínimos, destinados a pessoas incapazes de prover por meio do seu próprio trabalho a sua subsistência. Tais recursos assumem a forma de renda ou outros benefícios incidentes, setorialmente, sobre as áreas da saúde, da educação, da habitação, etc., ou sobre categorias particulares de beneficiários, como idosos, pessoas portadoras de deficiência, pais solteiros (mãe ou pai), viúvas, etc. (PEREIRA, 2011, p. 16).

Em decorrência deste pressuposto indaga-se, retomando a discussão já iniciada por Boschetti (2003) e Pereira (2011): é possível enfrentar o fenômeno da pobreza a partir da garantia de mínimos sociais?

Na perspectiva de análise adotada por esta pesquisa, o fenômeno da pobreza, (expressão da questão social), deve ser entendido como resultado do fenômeno da desigualdade social, que tem suas raízes no modo de produzir e reproduzir a riqueza no sistema de produção capitalista, onde sabe-se que a riqueza socialmente produzida por meio do trabalho é apropriada de forma privada pelo capital; para este último o importante é ter indivíduos que tenham prontidão laboral, deste modo, garantem a perpetuação do sistema capitalista através do dispendimento da sua força de trabalho. É justamente por existir essa separação entre trabalhador, meios de produção, que o indivíduo torna-se pobre, porque vê-se apartado de toda riqueza socialmente produzida. O que ocorre na implementação de políticas sociais, na análise de Boschetti (2003, p. 114), é que comumente “[...] reduz a pobreza à ausência ou insuficiência de renda não considerando outros aspectos necessários da vida humana, relaciona-se o padrão de pobreza ao mínimo necessário a sobrevida.”

Essa forma de compreensão da pobreza permite apontar o limite de qualquer sistema de proteção social para o enfrentamento da mesma, no caso brasileiro a questão é ainda mais complexa devido ao caráter das políticas de proteção social e a desigualdade social produzida e reproduzida historicamente no país.

Com esse intuito, a Política de Assistência Social assegura no âmbito do SUAS, a garantia de renda:

[...] operada por meio da concessão de auxílios financeiros e da concessão de benefícios continuados nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, que apresentam vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho. (BRASIL, 2012, p. 4).

Para tanto, organiza-se por meio da oferta de forma continuada de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, regulamentados pela LOAS.

Para suscitar a discussão podemos citar como duas ações que se destacam no âmbito da materialização da Política de Assistência Social: o Benefício de Prestação Continuada (BPC), e o Programa de Transferência de renda do Governo Federal, Bolsa Família, os quais nos oferecem subsídios para discutir o atual desenho da Política de Assistência Social no Brasil. Segundo definição da LOAS,

Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. [...]
§ 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal **per capita** seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo. (BRASIL, 2011a, grifo nosso).

Percebe-se a partir de tal fragmento do texto extraído da LOAS, a nítida definição dos segmentos para os quais está direcionado o benefício: idoso acima de 65 anos de idade, ou pessoa com algum tipo de deficiência, podemos observar que a intervenção do Estado, neste caso, ocorre quando o indivíduo não “consegue” ter provida as suas necessidades via mercado e pela proteção da família. Sobre isso Mustafa (2013, p.188) aponta, “Essa perspectiva considera duas vias naturais de satisfação de necessidades: o mercado e a família. O Estado deve aparecer quando estes dois falham!” Tal fato contradiz dois princípios defendidos pela política em curso, a partir dos quais supõe a primazia do Estado na condução e manutenção de tal política e a universalização do acesso a bens e serviços para a população usuária.

Na análise de Raichelis (2013, p. 618):

O Estado passa a defesa de alternativas que envolvem a família, as organizações sociais e a “rede filantrópica de solidariedade social”, abdicando-se de políticas universais ancoradas no direito de cidadania. As medidas postas em prática são reducionistas, voltadas primordialmente por situações extremas, com alto grau de seletividade e focalização, direcionadas a pobreza absoluta, que não impactam de forma significativa nos níveis de desigualdade social persistentes em nosso país.

Da mesma forma, ocorre com o Programa Bolsa Família, considerado o programa de maior impacto no âmbito da Política de Assistência Social e que tem os seguintes objetivos: alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda às famílias; ruptura do ciclo intergeracional da pobreza, por meio da definição de condicionalidades, ligadas a política de saúde e educação; desenvolvimento das famílias, por meio de Programas Complementares que tem como objetivo:

[...] superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. São exemplos de programas complementares: programas de trabalho de geração de trabalho e renda, [já exemplificados no capítulo um deste trabalho], de alfabetização de adultos, de capacitação profissional, dentre outros. (BRASIL, 2011b, p. 19).

Sendo que o repasse mensal aos beneficiários está condicionado ao cumprimento das condicionalidades, seu descumprimento acarreta sanções administrativas às famílias beneficiárias do programa. Segundo definição do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), constituem sanções administrativas:

[...] na primeira ocorrência a família recebe uma advertência por escrito, a partir da identificação da segunda ocorrência, a família fica sujeita ao bloqueio do benefício por 30 dias; suspensão do benefício por 60 dias e cancelamento na concessão do benefício no quinto registro de descumprimento de condicionalidades. (BRASIL, 2008).

A incidência de condicionantes no âmbito da Política de Assistência Social, evidenciam a busca incessante pelo enquadramento do indivíduo a normas preestabelecidas pela sociedade do capital, buscando o controle comportamental das classes “menos favorecidas”. Sobre este fato Raichelis (2013, p. 619), considera que:

O Programa Bolsa Família, apesar de representar importante via de acesso a benefícios não contributivos, para parcela significativa da população, e de produzir impactos imediatos positivos na vida dos seus beneficiários e na dinâmica das economias locais, principalmente nos pequenos e médios municípios do NE e das zonas rurais, caracteriza-se pela ultrafocalização na extrema pobreza, operando com condicionalidades acompanhadas da adoção de práticas disciplinarizadoras e exigências de contrapartidas que constroem as famílias beneficiárias [...].

Diante deste cenário, as políticas sociais brasileiras, em especial a Política de Assistência Social, enfrentam profundos paradoxos, quando se propõe a garantir a universalidade do acesso a Política de Assistência Social, mas no que tange a sua operacionalização estabelece critérios de elegibilidade, evidenciando o público prioritário, esclarecendo através de normativas específicas a quem destina os serviços e ou benefícios socioassistenciais, transferindo grande parcela de responsabilidade de execução de tais ações para o âmbito privado. Na análise de Boschetti (2003, p. 110):

No último decênio, vem ganhando força um discurso corrente e perigosamente “aceito”, até mesmo pelos setores da esquerda, que as políticas sociais devem pautar-se pelo combate da pobreza absoluta e como tal voltar-se prioritariamente (e em alguns casos exclusivamente) para a garantia dos mínimos de sobrevivência o que, em teoria, asseguraria igualdade de oportunidades a bens e serviços básicos. Essa perspectiva incorre em alguns equívocos: 1) contenta-se com a igualdade de oportunidades, abandonando o princípio de igualdade de condições, sem questionar as controvérsias acerca de sua impossibilidade de classes; 2) restringe as políticas sociais à função de combate à pobreza, abandonando sua potencialidade na redução das desigualdades sociais e, com isso, cedendo terreno para exaltações do mercado como “fonte” de bem estar; 3) atribui às políticas sociais um caráter minimalista, focalizadas em situações de extrema pobreza, o que esvazia o seu potencial universalizante e equânime.

No que tange às seguranças a serem afiançadas pelo rol de serviços, programas e projetos no âmbito do SUAS, a Norma Operacional Básica do SUAS coloca:

a) o desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício do Protagonismo da cidadania; b) a conquistas de melhores graus de liberdade, respeito à dignidade humana protagonismo e certeza de proteção social, para o cidadão, a família e a sociedade; [...]. (BRASIL, 2005b, p. 13).

Neste fragmento supracitado existem três categorias cruciais para a discussão proposta neste trabalho: cidadania, conquista de maior grau de liberdade e por último a garantia da proteção social. A defesa da ampliação da cidadania como um dos princípios preconizados pelo Código de Ética profissional¹ dos assistentes sociais, o qual evidencia entre outros princípios que a ampliação da cidadania se dá pela garantia do acesso aos direitos civis, políticos e sociais pela classe trabalhadora em sua plenitude, portanto, não podemos afirmar que na atual conjuntura (adversa sob os moldes da política neoliberal), haja uma cidadania consolidada, temos a tentativa por parte do Estado da garantia de um dos direitos sociais pela via da consolidação da Política de Assistência Social, porém, as ações do Estado no campo desta política tem sido minimalistas e insuficientes como procurou-se evidenciar em linhas anteriores.

Diante dessas considerações, Paiva (2006, p. 6), alerta que faz-se necessário que a compreensão do significado das políticas sociais:

Neste contexto, pensar as políticas sociais para além do horizonte de mera estratégias de acomodação de conflitos, requer referenciá-las no processo de disputa política pelo excedente econômico real pelas massas expropriadas, de maneira que ela não possibilite somente reduzir as manifestações mais agudas da pobreza.

Quanto à conquista de maior grau de liberdade, alguns apontamentos se fazem necessários: de qual liberdade se fala, qual liberdade se propõe alcançar com a materialização dos preceitos desta política em curso e quais os limites para sua real efetivação? Tendo como pressupostos as condições históricas concretas as quais estão submetidos os seres humanos e ou os usuários da Política de Assistência Social. Sobre isso, José Fernando Silva (2013, p. 160) coloca que:

O ideário burguês afirma que o reino da liberdade se circunscreve a emancipação política, ou seja, o cidadão abstrato, sob os ditames do capital, inserido no circuito mercadológico sendo seu potencializador e consumidor. Sob essa ótica a desigualdade é entendida, no seu limite, como falta de igualdade de oportunidades para que os indivíduos, “livremente”, a partir de seus dotes pessoais, “democraticamente” se emancipem na livre concorrência.

¹ Nos referimos neste contexto ao Código de Ética profissional, aprovado no ano de 1993, para Paiva e Salles (2007, p. 174) “[...] o código um instrumento que determina parâmetros para o exercício profissional, por meio de sanções e normas, consubstanciando a identidade profissional frente a sociedade.”

Nesta forma de entendimento, aliados aos ditames da política econômica liberal e social e o projeto neodesenvolvimentista em curso, vê-se que a discussão de liberdade não perpassa pelo significado da sociedade de classes, materializada por meio de relações antagônicas que dão forma ao sistema capitalista em curso, e não discutem as características, assumidas pela categoria trabalho na era do capitalismo monopolista, a liberdade é tida como um processo consolidado a partir da livre concorrência do mercado sob a ótica do desenvolvimento de capacidades individuais e potencialidades. No entanto,

[...] essa concepção de liberdade simboliza a falsa noção de que eles são livres para fazerem o que necessitam quando, na realidade, a própria sociedade capitalista não propicia condições para a maioria dos indivíduos sociais exercerem tal liberdade, na medida em que aqueles (as), que pertencem à classe trabalhadora não possuem meios objetivos e subjetivos para se constituírem como sujeitos autônomos e livres. (Ramos apud MUSTAFA, 2013, p. 187).

Sobre isso, o Projeto Ético Político Profissional², a ser explicitado no próximo capítulo, coloca, dentre os princípios centrais que norteiam a prática profissional cotidiana e a relação com o usuário a “liberdade como um valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - que requer o reconhecimento da autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais e de seus direitos”.

A efetivação deste princípio, da liberdade como valor central na perspectiva aqui defendida está atrelada a construção de uma nova ordem societária livre da sociedade de classes e da propriedade privada, na perspectiva da conquista da emancipação humana sob a perspectiva da revolução. Na análise de Iasi (2007, p. 69), a conquista da liberdade do humano genérico supõe “[...] o controle consciente de sua existência, superando as mediações que impedem a percepção de sua história como fruto da ação humana.”

Já na perspectiva assumida pela Política de Assistência Social em curso, o fenômeno da desigualdade social (tendo a pobreza como uma das expressões objetivas deste fenômeno), vê-se naturalizado pela valorização dos mais preparados, que conseguem desenvolver suas capacidades individuais para

² Considera-se na presente análise que o Projeto Ético Político profissional, amplamente discutido pela categoria profissional a partir da década de 1980, expressa uma condensação teórico metodológica, ético política e técnico operativa, a fim de nortear a formação e a prática profissional dos assistentes sociais. Tendo tais preceitos materializados pelo Código de Ética (1993) e Lei que regulamenta a profissão (n. 8.662/93).

ingressarem no mercado altamente competitivo sobre a ótica da livre concorrência, criando o binômio incluídos e excluídos³ do contexto social.

Neste contexto, há de se considerar que a Política de Assistência Social aponta como seu público alvo as famílias e indivíduos em situação de risco social⁴ ou em situação de exclusão decorrente da pobreza. Para o enfrentamento de tais situações em busca da efetivação da proteção social as ações no campo desta política se materializam de forma direta nos Centros de Referência de Assistência Social, (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e através das entidades socioassistenciais que compõem a rede do SUAS. Sendo assim a Política de Assistência Social brasileira:

[...] organizada sobre dois níveis de proteção, a básica e a especial, desenvolve ação por meio de serviços e benefícios para o acesso de pessoas e famílias demandantes de proteção social face aos agravos de fragilidades próprias do ciclo de vida humano, pela presença de deficiências, decorrentes de vitimizações, por violência, por desastres ambientais, pela presença de discriminação, pela defesa da sobrevivência e de direitos humanos violados. Seu processo de trabalho tem centralidade relacional, e opera com escuta qualificada, construção de referenciais, acolhida, convívio, relações familiares, relações sociais de âmbito coletivo com abrangência territorial, opera a oferta de seguranças sociais. O escopo de suas ações humanas complexas que incluem abandono, violências em variadas faixas etárias, com incidência de gêneros e de formas de ocorrência dentro e fora da família, restauração de padrões de dignidade, resgate de vida social de pessoas de diferentes faixas etárias, vivendo nas ruas, adolescentes em medidas socioeducativas. (SPOSATI, 2013, p. 665).

É nesta política que os assistentes sociais, (e não só eles enquanto técnicos de nível superior que compõem as equipes multiprofissionais do SUAS), na condição de trabalhador assalariado, por meio de sua prática profissional cotidiana nos diversos espaços de trabalho materializados a partir da consolidação do SUAS, interfere nas relações sociais dos indivíduos e/ou famílias no atendimento às variadas expressões da questão social.

³ “Sendo assim, não se acredita que há uma zona de inclusão e outra de exclusão, mas sim uma sociedade que ao mesmo tempo comporta proprietários e não proprietários, ricos e pobres, ou seja, uma sociedade de classes.” (MUSTAFA, 2013, p.184)

⁴ Na análise de Mustafa (2013), o conceito que está presente no campo da proteção social brasileira, é o da sociedade de risco, na verdade, os ricos sociais, políticos, econômicos e individuais os quais os indivíduos estão expostos, aparecem como consequência dos processos de modernização, segundo a teoria da sociedade de risco. Na presente análise, considera-se que a forma como a sociedade capitalista se organiza na produção e reprodução da riqueza socialmente produzida é que propicia inúmeros “ricos” a classe trabalhadora.

A partir dessas considerações, evidenciado a dimensão interventiva da prática profissional cotidiana dos assistentes sociais, surgem algumas questões emblemáticas e paradoxais que demandam o aprofundamento analítico da relação entre os limites estruturais e os desafios e possibilidades de um processo em movimento que diz respeito à consolidação do SUAS, dentre os desafios destaca-se: o de articular o projeto profissional e seus preceitos no âmbito do SUAS, pois como afirma Paulo Netto (1999, p. 95) “[...] o projeto profissional formula entre outros componentes, um conjunto de referências técnicas, éticas, e políticas para o exercício profissional.” Necessidade esta que procurar-se-á evidenciar mais adiante.

Diante dessas considerações iniciais, procurou-se demonstrar o desenho proposto para a Política de Assistência Social no processo de consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no sistema protetivo Brasileiro. No próximo item deste trabalho procurar-se-á realizar uma problematização das particularidades assumidas por essa política, no município de Formiga/MG.

2.2 A Política de Assistência Social no município de Formiga/MG no processo de consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Passaremos agora a analisar a Política de Assistência Social no município de Formiga/MG, procurando evidenciar as particularidades que tal política assume neste município, para tanto, faz-se necessário inicialmente entender um pouco das características econômicas, sociais do município. Vejamos:

- **Caracterização do Município:**

Formiga/MG localiza-se na região Centro-Oeste de Minas Gerais, a 194 Km de Belo Horizonte, capital do Estado. A população atual conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de aproximadamente 67.617 habitantes. A atividade econômica se apresenta de forma diversificada devido a vários ramos de atividades existentes no município. O setor que apresenta maior participação no Produto Interno Bruto (PIB) é o de serviços, com aproximadamente, 51,61% do total. Em segundo lugar vem à indústria com 38,97% e por último o setor agropecuário com 9,41%.

No que concerne aos Indicadores sociais do Município⁵, a tabela a seguir demonstra o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e seus subíndices, educação, longevidade e renda, indicadores que servem para medir a qualidade de vida da população. Os dados mostram a evolução destes índices ao longo dos anos de 1991 e 2000 para Formiga/MG e para o Estado de Minas Gerais:

TABELA 1 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Indicadores/ Índices	Formiga		Minas Gerais	
	1991	2000	1991	2000
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	0,697	0,793	0,699	0,765
Longevidade	0,686	0,825	0,645	0,759
Educação	0,769	0,855	0,653	0,855
Renda	0,635	0,698	0,798	0,719

Fonte: IBGE, 2003 apud FORMIGA, 2010.

Em 1991 o IDH do município, que era 0, 697 se mostrava um pouco inferior ao estadual, que era de 0, 699, ou seja, cerca de 0,28% superior ao do município.

Na comparação do IDH, do ano 2000, apresenta uma considerável elevação do IDH do município de Formiga/MG, que passou de 0,697 para 0,793, o que representa um crescimento de 13,77%. O estado de Minas Gerais apresentou uma evolução um pouco menor neste período, subindo de 0,699 para 0,765, o que representa um crescimento de 9,44%. Com este crescimento, em 2000 o IDH do município de Formiga/MG ultrapassou o do estado de Minas Gerais, passando a ser 3,66%.

O subíndice que registrou o pior descompasso com o Estado foi o de renda. Em 1991, Minas Gerais possuía um subíndice de renda de 0,798, 25,67% superior ao de Formiga/MG, que era de 0,635. Em 2000, o índice de Formiga/MG aumentou 9,92%, indo para 0,698 enquanto o índice de renda no estado de Minas Gerais caiu 9,89%, passando para 0,719. Mesmo com a queda no índice estadual, o município

⁵ Dados extraídos do Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Formiga/MG. Fundação de Ensino e Tecnologia de Alfenas.

de Formiga/MG ainda possuía um índice inferior ao do estado, que é superior ao do município em 14,32%.

O subíndice que registrou o melhor desempenho em comparação com o Estado foi o de longevidade: enquanto no Estado este subíndice evoluiu de 0,645 para aproximadamente 0,759 (aumentando 17,67%), em Formiga/MG este subíndice evoluiu de 0,686 para 0,825 (20,26%), o que mantém o índice de longevidade de Formiga/MG superior ao estadual nas duas comparações: em 1991, o índice de longevidade em Formiga/MG (0,686) era superior ao estadual (0,645) em 6,36%. Já em 2000, o índice mineiro era de 0,759, ao passo que o índice de Formiga/MG era de 0,825, cerca de 8,69% superior ao índice estadual.

Em relação aos indicadores de Desigualdade sociais em Formiga/MG observa-se que:

TABELA 2 – Indicadores de desigualdades sociais em Formiga/MG

Município/Estado	Índice de Gini, 1991	Índice de Gini, 2000	Índice L de Theil, 1991	Índice L de Theil, 2000
Formiga	0,59	0,53	0,63	0,47
Minas Gerais	0,61	0,62	0,70	0,67

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000 apud FORMIGA, 2010.

O índice de Gini de Formiga/MG, que era de 0,59 em 1991, caiu para 0,53 (redução de 10,17%) em 2000, enquanto o índice no Estado aumentou de 0,61 para 0,62 (1,64% de aumento) no período entre 1991 e 2000. Isso retrata que a desigualdade na distribuição de renda apresentou uma tendência de redução no município, contrapondo-se à tendência de aumento no Estado de Minas Gerais, que apresenta uma distribuição de renda mais desigual que a do município nas duas comparações: 3,38% superior em 1991 e 16,98% em 2000.

O índice L de Theil ⁶ de Formiga/MG, que em 1991 era de 0,63, caiu para 0,47 em 2000 (queda de 25,4%), acompanhando a tendência do índice do Estado, que se reduziu neste período: em 1991, era de 0,70 e, em 2000 era de 0,67. A

⁶ Refere-se à segunda medida de desigualdade de Theil, denominada L de Theil, e mede o grau de desigualdade da distribuição de indivíduos segundo a *renda familiar per capita*. No universo desta análise são também excluídos os indivíduos que apresentam *renda per capita* nula. (ATLAS ..., 1988, p. 3).

tendência em Formiga/MG é a mesma observada no Estado, porém com uma tendência de redução da desigualdade mais acentuada que a estadual. Enquanto a desigualdade na distribuição de renda diminuiu no Estado no período de 1991-2000 em 4,28%, registra-se, em Formiga/MG, uma redução de 25,4%.

2.3 A rede de serviços públicos em Formiga/MG

No que refere à rede de serviços públicos em Formiga/MG, tem-se a rede de educação do município, que é composta por 15 escolas que atendem crianças e adolescentes que frequentam o Ensino Fundamental; 09 escolas de educação infantil (período integral); 02 Escolas de ensino para Jovens e Adultos (EJA); 01 Centro Municipal de Apoio a Aprendizagem (CEMAP), que tem como objetivo atender crianças e adolescentes do município com dificuldade de aprendizagem, associada ou não a deficiências, com foco na educação inclusiva; 03 bibliotecas públicas, 01 escola municipal de línguas, 01 Instituto Federal (IFMG), 01 Universidade Aberta do Brasil (UAB), 10 Escolas Estaduais, 08 Escolas particulares e uma Universidade Particular (IBGE)⁷.

No que tange a rede de saúde do município temos: uma Secretaria Municipal de Saúde. Informações obtidas da própria pasta indicam que ela tem por finalidade coordenar e executar programas e atividades visando promover o atendimento aos munícipes, além de planejar e coordenar as atividades médicas, odontológicas, de vigilância epidemiológica, de fiscalização e vigilância sanitária.

Para desempenhar tais funções conta com a seguinte estrutura: Vigilância Sanitária, Vigilância epidemiológica, 14 Unidades Básicas de Saúde, 14 Consultórios Odontológicos, uma Unidade Móvel Odontológica, Um Pronto Atendimento Municipal, Um Laboratório de Análises Clínicas, uma Farmácia Municipal, um Centro de Atenção Psicossocial, (CAPS), um Centro de Diagnóstico de Imagem (Raios-X, Mamografia, Ultrassonografia), e um Centro de Especialidades Odontológicas (CEO).

O município também conta também com 02 hospitais e 09 Clínicas de Atendimento Personalizado em Neurologia, Fisioterapia, Radiografia, Psicologia e 03 Laboratórios Particulares.

⁷ Dados colhidos na Secretaria de Educação de Formiga.

Vale destacar que a rede de saúde no município se mostra insuficiente para o atendimento de todo contingente populacional, principalmente no que tange à Atenção Básica e ao Programa Saúde da Família, conforme mencionou-se em linhas anteriores são apenas 14 PSF(s), para realização de toda cobertura territorial, estes acabam atendendo regiões muito extensas o que ocasiona morosidade nos atendimentos, pois, há apenas um profissional médico para realização do atendimento.

Acerca da política habitacional, destaca-se que com a entrega dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, construídos em parceria com o Governo Federal, cerca de 700 famílias residem em um complexo habitacional sem acesso imediato a atenção primária de saúde e outros serviços.

A seguir analisaremos como a política de assistência social se insere no contexto de Formiga/MG.

2.4 A Política de Assistência Social no Município de Formiga/MG

No campo da Política de Assistência Social, o município em questão se encontra na gestão básica do SUAS, sendo um município de Médio Porte. Segundo definição da Política de Assistência Social (PNAS):

Nível em que o município assume a gestão da Proteção Social Básica, na Assistência Social, devendo o gestor, ao assumir a responsabilidade de organizar a Proteção Social Básica em seu município, prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições. (BRASIL, 2005a, p. 99).

No nível da Proteção Social Básica, o município possui dois Centros de Referência de Assistência Social implementados, chamados de CRAS I e CRAS II, com capacidade de atendimento para cinco mil famílias cada um, segundos dados colhidos *in loco* possuem, o CRAS I, 711 famílias referenciadas e o CRAS II, 1.523 famílias referenciadas, tendo como mês de referência, novembro de 2013, portanto abaixo da capacidade de atendimento.

O CRAS I atende os seguintes bairros: Lajinha, Rosário, Vila Padre Remaclo, Santa Luzia, Engenho de Serra e Cidade Nova.

O CRAS II atende a outros bairros: Nossa Senhora de Lourdes, Ouro Verde, Ouro Branco, Quinzinho, Quartéis, São Judas, Jardim Montanhês, Alvorada e Jardim Alvorada.

As estes Centros de Referência de Assistência Social estão vinculadas duas equipes volantes, que são equipes responsáveis somente pelos atendimentos em territórios que se localizam distantes das bases fixas dos CRAS, e são, ainda, responsáveis pelo atendimento a comunidades rurais adjacentes ao município.

Embora, exista uma organização quanto ao trabalho a ser oferecido, a presente pesquisa aponta algumas dificuldades na efetivação do mesmo, vejamos a partir das falas de duas profissionais assistentes sociais que compõem os serviços socioassistenciais no âmbito do SUS.

A deficiência do poder público em questão de oferecer estrutura para o desenvolvimento do trabalho. Falando especificamente da equipe volante, eu vejo aqui conosco há quase um ano não conseguimos fazer nenhuma visita na zona rural, é um exemplo que essas pessoas ainda continuam sendo invisíveis para a política de Assistência Social. Aqui a gente vai tentando com os próprios meios, no próprio carro, ou a pé mesmo. Falta valorização do Poder público nas três esferas. (Maria, Assistente Social da Equipe Volante do CRAS I).

Um outro desafio é um pouco no que diz respeito aos recursos, por exemplo, nos enquanto equipe volante estamos muito limitadas à questão do veículo, a gente às vezes tem que deslocar de um bairro pro outro e fazemos isso a pé, ou vai no próprio meio de transporte vai do jeito que dá usa os próprios recursos. (Joana, Assistente Social da Equipe Volante do CRAS I).

Ainda:

Os desafios em primeiro lugar são: A falta de recursos humanos, materiais e financeiros, mesmo com o financiamento Federal, esses são os pontos mais complicados, sabe a política hoje é um direito garantido, mas é muita responsabilidade para os municípios. [...]. (Soraya, Assistente social do CRAS I).

Um dos desafios é o grande número de atendimentos que a gente enfrenta né? Porque as expressões da questão social vem aumentando cada dia mais. E se você for pensar tudo é prioridade. Então a gente trabalha com prioridade com o emergencial, com as prioridades das prioridades, às vezes a gente não consegue dar as respostas que a gente gostaria, pois são poucos profissionais. Há vários problemas institucionais a falta de carro, falta de material de expediente. (Eduarda, Assistente Social do CREAS).

As falas supracitadas apontam desafios a serem suplantados para a operacionalização da Política de Assistência Social em âmbito municipal:

O primeiro de tais desafios, diz respeito ao papel que o Estado assume em relação as suas responsabilidades em garantir condições favoráveis para o

desenvolvimento do trabalho profissional no âmbito do SUAS. De acordo com a definição da NOB-SUAS “[...] são diretrizes estruturantes da gestão do SUAS: primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social.” (BRASIL, 1993a).

Art. 5º A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:

[...]

III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social.

Observa-se que, mesmo diante de tal afirmativa extraída do texto da NOB – SUAS, a qual coloca a responsabilidade primeira do Estado na condução de tal política, é elucidado na fala de uma das profissionais que há a transferência de um grande número de responsabilidades para o âmbito municipal, evidenciando assim, um problema quanto à materialização de um dos princípios preconizado pelo SUAS que é o da descentralização político administrativa. Embora, este seja um princípio que deva ser garantido no âmbito da Política de Assistência Social, a fim de possibilitar a participação dos municípios no processo de planejamento e execução da referida política, não é isso que ocorre comumente na realidade. Na análise de Soares este processo vem sendo tencionado, uma vez que,

Na realidade, a descentralização tem-se caracterizado pela mera transferência de responsabilidade sobre serviços completamente deteriorados e sem financiamento para os níveis locais de governo. Estes de modo geral com menor poder de arrecadação que o nível federal, recebem tais serviços para fechá-los ou mantê-los num nível mínimo de funcionamento. Dessa forma, o nível central de governo libera-se de seus serviços, não para descentralizar de forma gradual e consistente um sistema, se não transferir um problema. (SOARES, 2001a, p. 346).

O que os fatos concretos evidenciam é que a transferência da responsabilidade pela condução da política em nível municipal, não condiz na mesma proporção com a transferência regular e suficiente de recursos. Segundo depoimento colhido na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano de Formiga/MG:

Hoje trabalhamos com uma realidade municipal de acúmulo de recursos financeiros repassados na modalidade fundo a fundo que não foram gastos em sua totalidade, que foram sendo reprogramados de um exercício para o outro, o que sempre fez que

podéssemos executar o serviço utilizando tais recursos, este ano já estão a maioria comprometidos principalmente com gasto com pessoal e manutenção de benefícios eventuais. Mas se fosse trabalhar com o valor mensal repassado pela União e Estado o valor não seria suficiente para a execução do serviço ficando a maior parte para o âmbito municipal. Um exemplo, desta situação é o Piso de Alta Complexidade que financia serviços de Alta Complexidade, Abrigo Institucional e Casa Lar do município com um repasse de R\$ 3.000,00 por mês a fim de financiar serviços de acolhimento que funcionam 24 horas. (Shirlei, Contadora da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano).

A partir das colocações feitas pela contadora da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano, evidencia-se que os recursos repassados pelos entes Estadual e Federal ao Fundo Municipal não são suficientes para a manutenção dos serviços e benefícios socioassistenciais. Analisemos esta questão a partir de dados empíricos colhidos *in lócus*, primeiramente, evidenciamos que atualmente o município de Formiga/MG, recebe através da modalidade de repasse fundo a fundo os seguintes pisos para o financiamento das ações no âmbito da Política de Assistência Social:

Piso Básico Fixo, Piso Básico Variável III, Piso Básico Variável, Piso de Transição de Média Complexidade, Piso Fixo de Média Complexidade, Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social (IGD SUAS), Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família (IGD PBF), Piso de Alta Complexidade I e Piso Mineiro de Assistência Social, este último repassado pelo ente Estadual. Importante afirmar que, embora os recursos não sejam suficientes para a manutenção dos serviços em funcionamento, não estamos aqui negando a importância da contrapartida do município para manutenção dos serviços, estamos apenas atentando para a necessidade da efetivação real da primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social, como já preconizado pela própria política em suas normativas conforme demonstrou-se em linhas anteriores, em detrimento da postura neoliberal que transfere grande parte de responsabilidade do Estado na condução dos serviços para o chamado terceiro setor. Estamos apenas afirmando que apesar de quase todos os serviços implantados no município: (CRAS II, Equipes volantes que integram os dois CRAS em funcionamento no município, CREAS) serem financiados com recursos Federais. O CRAS I é financiado com recurso repassado pelo Estado, (Piso Mineiro), os

recursos repassados mensalmente não são suficientes para manutenção dos serviços em funcionamento.

Já na Casa Lar, Residência Inclusiva do município e o Abrigo Institucional para Crianças e Adolescentes o problema é ainda mais grave, pois, tais serviços dividem o mesmo recurso (PAC I), já insuficiente para manutenção de um dos serviços, tendo em vista que, são serviços de acolhimento institucional que funcionam vinte quatro horas, o que evidencia uma primeira dificuldade, no que tange ao financiamento da Política de Assistência Social.

Ainda no que diz respeito ao financiamento dessa política no município, no ano de 2013, foi disponibilizado para a execução da Política de Assistência Social, um valor orçamentário de R\$ 3.732.402,67 (dados disponibilizados pela contadora da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano), já para o ano de 2014, este valor foi de R\$ 3.619.077,60. É notório uma diminuição de valor de um exercício para o outro, fato que pode de certa maneira comprometer a qualidade dos serviços prestados.

Diante das dificuldades assinaladas pela profissional assistente social e reafirmada na fala da contadora, quanto ao repasse insuficiente de recursos e a transferência de um grande número de responsabilidades para o âmbito municipal, debilidade esta que culmina em particularidades que dificultam o exercício profissional, enfatizado pelas profissionais nos depoimentos colhidos na realização deste trabalho: destacam a falta de instrumentais indispensáveis para o trabalho profissional - a falta de carro e de recursos humanos suficientes para operacionalização do trabalho o que acarreta o acúmulo de serviço para os profissionais - que acabam não ultrapassando o nível centrado na necessidade do “fazer”, procurando dar respostas aos usuários, como bem assinala a profissional que atua no nível da proteção social especial, quando expõe que o profissional limita-se a responder ao emergencial.

Diante dessa colocação percebe-se que o profissional limita-se ao fato em si que lhe é apresentado no cotidiano de trabalho, isolado das determinações complexas da sociedade socio-histórica, destacando as prioridades no cotidiano de trabalho, respondendo ao princípio de atenuar as diversas expressões da questão social que aparecem no cotidiano como singularidades pela via da execução de políticas públicas. Analisemos outra fala da pesquisa:

Através dos atendimentos dos usuários você busca a compreensão dele ali daquela pessoa, daquela família, a partir do contexto social em que ela se insere, ou seja, do território, destacando as prioridades, você deve ser capaz a partir da compreensão das legislações retirar ele da situação na qual se encontra, trabalhar com ele que ele não precisa estar naquela situação com a nossa ajuda ele tem condição de sair e se emancipar. (Iolanda, Assistente Social do CRAS II).

Importante destacar que, este tipo de compreensão não ultrapassa o nível do entendimento propiciado pelo nível da razão formal abstrata, permanece na singularidade, este nível de apropriação do real se cristaliza na aparência necessária dos fenômenos na sociedade burguesa. Nas palavras de Guerra (2009, p. 3):

Se isso é verdade, a que se partir da aparência que reveste os objetos, da forma que os fenômenos, processos e práticas sociais adquirem, há que compará-las, distingui-las, o que supõe a utilização de um nível de razão, que é a racionalidade formal abstrata. Mas é preciso ir além deste nível de pensamento, desta forma inferior da razão. O pensamento formal abstrato, justificador da ordem burguesa cristaliza-se aí.

A partir das considerações feitas pela autora, percebe-se que não pode haver uma dicotomia entre os diferentes níveis da racionalidade humana, mas evidencia-se que se complementam, da mesma forma, não queremos afirmar que as demandas apresentadas no cotidiano de trabalho não devam ser atendidas dentro das possibilidades objetivas, a questão central está no fato de como estas demandas estão sendo analisadas pelos profissionais, e se estes compreendem os limites intrínsecos da Política de Assistência Social em atender e suprir tais demandas enfatizando que (não constitui objetivo da Política de Assistência Social atender as demandas em sua complexidade e plenitude), a essência do surgimento de tais demandas só podem ser compreendidas a partir da relação de classes propiciada pela sociedade capitalista e toda particularidade histórica da sociedade brasileira em curso já evidenciada no primeiro capítulo deste trabalho. Tal compreensão deve se dar a partir da categoria da totalidade entendida como:

[...] compreende a realidade nas suas íntimas leis e revela, sob a superfície e a causalidade dos fenômenos, as conexões internas necessárias, coloca-se em antítese, a posição do empirismo, que considera as manifestações fenomênicas e causais, não chegando a atingir a compreensão dos processos evolutivos da realidade. (KOSIK, 2010, p. 41).

No atual contexto, de implementação de serviços socioassistenciais e programas de cunho compensatório e celetistas, percebem o predomínio de posturas que isolam as expressões da questão social do âmbito das relações de trabalho e privilegiam a perspectiva racionalista no cotidiano de trabalho profissional, que na análise de Guerra (2011, p. 135), “[...] na era dos monopólios passa a necessitar de profissionais para ‘operacionalização’ de medidas instrumentais de controle social.”

E outro ponto, a ser analisado, a partir do fragmento citado também em uma das falas da pesquisa, importante para a discussão, diz respeito ao trabalho em rede, a profissional afirma que esse tipo de trabalho não funciona. Vejamos:

[...] fica muito mais complicado e vago, essa questão dos encaminhamentos, não obtemos resposta daquilo que você encaminha, o trabalho fica vago, e outra coisa o trabalho em rede não funciona. (Soraya, Assistente Social do CRAS I).

Outro desafio é que a rede não funciona, o serviço é falho e o usuário fica esperando respostas. (Eduarda, Assistente Social do CREAS)

Um primeiro ponto a ser evidenciado a partir dessas considerações iniciais sobre o trabalho em rede, é o seguinte, sabe-se que a partir de uma orientação da teoria sistêmica a Política de Assistência Social, organiza a prestação de serviços por meio da constituição de subsistemas, constituído por meio da parceria pública e privada, tendo como premissa a gestão do território para mapeamento da rede socioassistencial existente, para a consolidação dos serviços socioassistenciais. Sobre isso José Fernando Silva coloca que “[...] há dessa forma, um apelo para que sejam construídas ações ‘territorialmente definidas’.” (BRASIL, 2004, p. 37 apud SILVA, J. F. S., 2013, p. 120) que respeitem a intersetorialidade das políticas, a participação de segmentos locais envolvidos, identificando os “[...] problemas concretos, as potencialidades e as soluções a partir de recortes territoriais.” (BRASIL, 2004, p. 38 apud SILVA, J. F. S., 2013, p. 120). Há que necessariamente identificar alguns pontos importantes neste fragmento do texto extraído da Política de Assistência Social pelo autor, a qual propõe identificar os problemas concretos e suas soluções a partir do território, em parceria com segmentos locais. A consolidação de um trabalho coeso em rede, certamente não contribuirá para a eliminação dos problemas concretos, pode contribuir no sentido da prevenção destes, conforme preconiza a própria Política no

nível da Proteção Social Básica: “A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.” (BRASIL, 2004, p. 33 apud SILVA, J. F. S., 2013, p. 120). Neste sentido, vê-se destacado por José Fernando Silva, (2013), um eixo estruturante que se destaca no SUAS: o princípio da territorialização. Vejamos um trecho extraído da PNAS:

[...] o objetivo visado é promover a inclusão social ou melhorar a qualidade de vida, resolvendo os problemas concretos que incidem sobre determinados territórios. Ou seja, a partir de metas setoriais a partir de demandas ou necessidades genéricas, trata-se de identificar os problemas concretos, as potencialidades e soluções a partir de recortes territoriais, que identificam conjuntos populacionais em situações similares [...]. (BRASIL, 2005a, p. 44).

Na perspectiva adotada nesta pesquisa, considera-se que nos territórios os problemas sociais evidenciam-se como fatos isolados em sua singularidade na vida dos sujeitos, que só fazem sentido, tendo em vista o real em sua totalidade:

Segundo Marx, a categoria totalidade circunscreve em um grande complexo, constituído de complexos subordinados, “sendo que toda parte é também um todo”, definido por complexidades particulares e interligadas ao contexto mais amplo. Pode-se dizer, portanto, que o “conceito dialético de totalidade é dinâmico, refletindo as mediações e transformações abrangentes, mas historicamente mutáveis da realidade objetiva”. (BOTTOMORE, 2001, p. 381).

Então, as diversas expressões da questão social vivenciadas no cotidiano de trabalho se particularizam nos territórios que são parte constituinte de um contexto social muito mais amplo que é a realidade histórica e suas determinações, então a compreensão dos problemas concretos como citado no texto da PNAS, devem necessariamente passar pelo entendimento do antagonismo em que vivem as classes sociais na sociedade capitalista, a partir da produção coletiva e da apropriação privada desta mesma produção pelo Capital. Neste sentido, quando a Política de Assistência Social propõe em solucionar problemas pela via da inclusão social, isso é completamente ilusório, considerando as determinações desta sociedade em curso, a expressão solucionar deve ser substituída pela expressão atenuar e ou amenizar problemas pela via da implementação de políticas sociais e materialização de programas de transferência de renda; No entanto, pensando nas premissas defendidas pelo

Projeto Ético Político Profissional “[...] não se trata de reformar a propriedade privada, mas de aboli-la; não se trata de atenuar os antagonismos de classe, mas de abolir as classes; não se trata de melhorar a sociedade existente, mas de estabelecer uma nova.” (MARX; ENGELS, 2003, p. 87).

Há um outro ponto a ser discutido sobre o trabalho em rede, pois, mesmo com suas limitações já evidenciadas em linhas anteriores, constitui-se em uma metodologia de trabalho proposta no âmbito do SUAS, com a qual os profissionais precisam trabalhar. Quando os profissionais afirmam que esse tipo de trabalho não funciona surge uma primeira indagação: o que os profissionais estão fazendo a partir de sua prática cotidiana para a consolidação deste tipo de trabalho no âmbito do SUAS, o que no caso específico de Formiga/MG constitui-se um desafio na consolidação do trabalho em rede⁸ no SUAS.

Percebe-se que no cotidiano de trabalho, os equipamentos sociais públicos e as entidades não “conversam entre si”, o que mostra que um dos princípios preconizados pelo SUAS no nível da proteção social básica, a gestão do território, não consolidou-se no município. Diante dessa consideração, aponta-se como ações que poderão contribuir com a consolidação deste trabalho: mapeamento da rede socioassistencial existente no município, realização de reuniões conjuntas a fim de conhecer e apresentar os trabalhos desenvolvidos, conhecer o público alvo a quem dirige os serviços, definir ações que possam ser realizadas de forma setorial. Mas é preciso deixar claro, que na presente pesquisa reconhecemos os limites deste trabalho, não é a partir da consolidação do trabalho em rede que vamos conseguir resolver os problemas que nos são propostos no cotidiano, pois esses são de ordem estrutural, esse tipo de ação se bem planejada e articulada pode contribuir com a materialização da função proativa propagada como função da proteção social

⁸ A Política de Assistência Social conta com a seguinte rede socioassistencial no município: Associação Betel (Proteção de saúde da família, da maternidade, da infância e da velhice, visando combater a fome e a pobreza reabilitando dependentes químicos e de álcool); Asilo São Francisco de Assis (Atendimento ao idoso, através do albergamento); Associação Mão Amiga (Atendimento aos portadores de Câncer e outras patologias graves); Associação de Assistência aos menores de Formiga - Patronato São Luiz (Atendimento a criança e Adolescente advindos de famílias em vulnerabilidade Social em contra turno escolar); Associação de Auxílio ao Deficiente Físico (ASADEF) - (Habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência); Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Formiga (APAE) - (Serviço de Proteção Especial para pessoas com deficiência e suas famílias); Associação de Proteção à Maternidade e a Infância desvalida de Formiga (APROMID) - (Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos: Atua na área de convivência para idosos, a fim de contribuir para um envelhecimento saudável e para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários). (Dados colhidos no Conselho Municipal de Assistência Social).

básica. Assim, como podem constituir-se em espaços de construção coletiva junto aos usuários dos serviços socioassistenciais.

Após tais ponderações, acerca do trabalho em rede a partir da premissa da gestão do território, voltemos à análise para os serviços socioassistenciais em fase de implantação no município, tem-se o terceiro Centro de Referência de Assistência Social (CRAS III), financiado por meio de Recurso Federal, (Piso Básico Fixo), com previsão de funcionamento a partir de abril de 2014. No que tange a implantação de novos serviços, algumas questões que perpassam a realidade do município precisam ser evidenciadas: para implantação dos dois CRAS, que já se encontram em funcionamento no município não foi realizado um diagnóstico social (conforme preconiza a Política de Assistência Social), que fornecessem indicadores dos territórios onde estes deveriam ser implantados, fato este que dificulta saber em qual área do município deve ser implantado também novos serviços socioassistenciais, diante desta dificuldade usa-se o pressuposto de “áreas ainda descobertas pelo serviço”. Pode-se dizer que o município de Formiga/MG não implantou o serviço de vigilância territorial, conforme proposto pela Norma Operacional Básica 2012,

Art. 90. A União, os Estados e os Municípios, devem instituir a área da Vigilância Socioassistencial diretamente vinculada aos órgãos gestores da política de assistência social, dispondo de recursos de incentivo à gestão para sua estruturação e manutenção. (BRASIL, 2013a, p. 28).

Constitui-se um desafio para gestão do SUAS acrescentar na estrutura administrativa, cargos que possibilitem a operacionalização da vigilância socioassistencial em âmbito municipal, contribuindo com a produção de indicadores que possibilitem evidenciar “Art. 87. [...] II - do tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados [...]” (BRASIL, 2013a, p. 27).

O que nos leva a pensar em um novo desafio, tendo como premissa que a Política de Assistência Social situa-se num contexto histórico determinado pelas relações sociais capitalistas contraditórias, vale refletir como tais indicadores serão interpretados pelos atores que trabalham diretamente com a implementação da Política de Assistência Social, a partir da razão formal abstrata, meramente instrumental, ou transpondo este nível procurando alcançar o mais alto nível de conhecimento o nível da razão crítico dialética.

Neste âmbito, podemos dizer que há níveis e graus de conhecimento: oriundo da intuição, oriundo do entendimento e oriundo da razão crítico-dialética (como o nível mais alto do conhecimento), que se constituem em momentos distintos, porém complementares. [...] a racionalidade formal-abstrata. Esta, porque realiza suas operações de análise e síntese sobre as bases da positividade do mundo, “esgota-se e reduz a racionalidade aos comportamentos manipuladores do sujeito em face do mundo objetivo”. Deste procedimento, derivam-se posturas epistemologistas e metodologistas. [...] Aqui, o conhecimento se limita à função de expressar a realidade tal como ela aparece empiricamente. Em outras palavras: o conhecimento se restringe a tornar conhecido o existente, o que leva à mera reprodução e manutenção da realidade tal como ela se apresenta de imediato, tal como expressa na sua aparência. (GUERRA, 2009, p. 5-6).

Ainda, na análise desta mesma autora, sobre o nível alcançado pelo conhecimento pelas vias da razão crítico dialético:

O conhecimento oriundo da razão dialética capta o movimento do objeto, a sua lógica de constituição, percebe o que o objeto é e como chegou a ser o que é (seu processo de constituição), quais seus fundamentos, sua capacidade de transformar-se em outro. O conhecimento resultante dos procedimentos da razão vai além da apreensão da imediatez da vida cotidiana. Ele busca captar a processualidade contraditória de seus objetos e visa a refiguração, no nível do pensamento, do seu movimento. O fenômeno é (apenas e necessariamente) o ponto de partida do conhecimento. Neste nível, o conhecimento se organiza mediante categorias analíticas. (GUERRA, 2009, p. 7).

Em suma, busca-se afirmar a necessidade de ultrapassar as atuais tendências de avaliação de efetividade das políticas públicas, considerando que não basta a produção de dados numéricos, de forma isolada do contexto macroscópico da realidade social, esses dados singulares precisam ser contrapostos com a totalidade histórica concreta, procurando desvelar as particularidades assumidas em determinado contexto social. É, pois, neste sentido, que Paulo Netto⁹ afirma que a tradição Marxista, pode trazer grandes contribuições para a realização dos processos avaliativos das políticas públicas, partindo de uma visão rigorosa da relação Estado/ sociedade civil, das determinações postas à política social pela política econômica e dos fatores históricos determinantes da gênese e do desenvolvimento da “questão social”.

⁹ Palestra proferida no Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil, realizada em 2003 em Cascavel/ PR.

Após as considerações que evidenciam a falta de um diagnóstico social para a implantação dos serviços socioassistenciais, retomemos a análise dos equipamentos socioassistenciais em fase de implantação no município de Formiga/MG. Será implementado no município em parceria com o Governo Federal, como parte das obras do PAC I, o Centro de Esporte e Cultura Unificados antiga praça do PEC, que segundo definição do Ministério da Cultura constitui-se: “[...] um equipamento público estruturado para integrar atividades e serviços culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação profissional para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais e inclusão digital.” (BRASIL, [2011], p. 4). No caso específico de Formiga/MG, terá uma obra de 3.000 metros quadrados, tendo como um dos equipamentos alocados neste espaço um Centro de Referência de Assistência Social, sendo assim, Formiga/MG terá quatro CRAS em funcionamento e consequentemente grande parte do seu território coberto por este equipamento socioassistencial, mesmo sem um diagnóstico inicial que aponte as áreas mais vulneráveis no município como preconiza a Política de Assistência Social, como elucidado em linhas anteriores.

Contudo, vale elucidar que neste espaço há a presença de vários segmentos: esporte, lazer, cultura e assistência social, o que constitui-se em um avanço na perspectiva de construir um trabalho intersetorial, que contribua na prevenção das situações que se caracterizam como diversas expressões da questão social, acentuando a necessidade de ações proativas no âmbito das políticas sociais. Conforme idealiza a própria Política de Assistência Social,

Art. 7º A garantia de proteção socioassistencial compreende:
I - precedência da Proteção Social Básica, com o objetivo de prevenir situações de risco social e pessoal,
[...]
V - reafirmação da assistência social como política da seguridade social e a importância da intersectorialidade com as demais políticas públicas para efetivação da proteção social. (BRASIL, 2013a, p. 5).

Outro ponto positivo no que diz respeito à implantação deste equipamento no município, está na proposta de uma gestão compartilhada entre governo e sociedade civil no que tange a sua gerência. Para isso estão sendo realizadas reuniões com a comunidade local, que tem como principal objetivo a formação deste grupo gestor. Essa incorporação da sociedade nos processos decisórios é um passo importante na construção de estratégias de ocupar espaços públicos com vistas a

construir uma democracia participativa e efetivar o exercício do controle social. É claro que se trata de uma construção gradativa e coletiva que envolve a participação de vários segmentos, entre eles os assistentes sociais aliados a outros profissionais e aos usuários dos serviços públicos. No entanto, “Um projeto democrático se constrói no jogo de poderes e contra poderes, na receptividade às diferenças, na transparência das decisões, com publicização e controle constante dos atos de poder e na afirmação da soberania popular.” (IAMAMOTO, 2004, p. 5).

Neste sentido, podemos afirmar que, constitui-se um avanço a proposta da consolidação de uma gestão compartilhada do equipamento, que vem sendo trabalhada de forma gradativa com a população que se beneficiará de forma direta a partir da implantação desde empreendimento. Cabe aos vários seguimentos profissionais que irão trabalhar neste espaço desenvolver ações que reafirmem no cotidiano de trabalho a importância da participação dos usuários nos processos decisórios, colocando em pauta suas demandas e reivindicações, seu entendimento do contexto social e suas aspirações.

Outro ponto a ser discutido é que município não tem todo seu território coberto por CRAS e que a cobertura total não será uma realidade do município, mesmo após a implantação dos dois novos equipamentos da proteção social básica, já mencionados, o que aponta-se como um outro desafio para o órgão gestor da Política de Assistência Social.

Sendo assim, os bairros que não são referenciados por CRAS, recebem atendimento na Sede do Órgão Gestor da Política de Assistência Social, através do chamado plantão social, o qual consiste no trabalho realizado por uma profissional assistente social, onde o usuário é atendido e encaminhado para as demais políticas públicas. O serviço de maior relevância é a avaliação e emissão de parecer sobre a concessão de benefícios eventuais. Na análise de Brito esse tipo de trabalho consiste em:

Os serviços de plantão social existem para resolver situações emergências: como o fornecimento de apoios provisórios, a cestas básicas, que acabam-se transformando-se em um atendimento contínuo, seja pelo uso clientelístico destes apoios, seja pelas dificuldades crônicas de subsistência dessa “clientela” [...]. (BRITO, 2001, p. 69).

A existência do plantão social demonstra que a descentralização político administrativa dos serviços não é uma realidade consolidada no município mesmo diante da consolidação do SUAS, e que ainda persistem formas de atendimento a atividades emergenciais sem o devido acompanhamento do indivíduo, pautadas muitas vezes na perspectiva de suprimento das necessidades, alívio imediato da situação apresentada pelo usuário, sendo assim, somente é atendido quem procura pelo serviço, não há a chamada “busca ativa” nos bairros não referenciados pelos CRAS, o que nos leva a afirmar que há muitas pessoas que ainda não são atendidas pela Política de Assistência Social.

Importante afirmar que, compreendemos ser necessário o atendimento as necessidades imediatas dos sujeitos, a limitação está no fato da não transposição deste nível de atendimento.

Fazem parte da estrutura administrativa da chamada Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano, os seguintes profissionais: 01 assistente social, (apenas tal profissional é concursada, os demais profissionais que compõem os serviços socioassistenciais são contratados através de duas formas de contratação diferenciadas Processo Seletivo e Processo Licitatório); este fato evidencia que neste processo de consolidação do Sistema Único de Assistência Social, ainda não consolidou-se a contratação preconizada pela Norma Operacional Básica, (NOB- RH), pelas vias do concurso público, evidencia-se ainda que convivem neste terreno formas de contratações que contribuem para a afirmação da precarização das relações de trabalho, à medida que não é assegurando aos trabalhadores “terceirizados” os direitos trabalhistas, que foram por eles conquistados, massificando a insegurança no mundo do trabalho proporcionada pela política de Ajuste Neoliberal. Sobre este processo Raichelis (2013, p. 617-618, grifo nosso) coloca que:

As transformações que o mundo do trabalho vem experimentando nas últimas décadas caracterizam uma *nova era de precarização estrutural do trabalho* (Antunes, 2013, Alves, 2013), que incide tanto nas condições de uso da força de trabalho, como em suas formas de contratação e gestão, diante das novas exigências de flexibilização e redução dos custos de reprodução da força de trabalho.

Ainda fazem parte do quadro de profissionais da referida Secretaria: 01 contadora responsável por monitorar as despesas do Fundo Municipal de Assistência Social, 01 Secretária Municipal de Assistência Social, 01 Supervisora do

SUAS, 01 Supervisor de Programas Especiais, 01 Supervisor de Monitoramento e Avaliação, 01 Coordenador do Programa Bolsa Família, 03 profissionais responsáveis pelo atendimento do setor do Bolsa Família, um coordenador de benefícios socioassistenciais, uma recepcionista, uma Auxiliar de serviços Gerais e dois profissionais responsáveis pelo Setor de Compras. Com exceção da profissional de Auxiliar de Serviços Gerais e duas funcionárias responsáveis pelo setor de compras e contabilidade da secretaria, todos os outros cargos citados são de livre nomeação do Prefeito Municipal.

De forma conjunta com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano funciona o setor responsável pela Política Habitacional do município, mais precisamente pela operacionalização do Programa Minha Casa Minha Vida.

Passando para análise do nível da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade temos implementado no município o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que trata-se de:

Art. 6º [...]

§ 2º - O CREAS é unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situações de risco pessoal ou social, por violações de direitos, ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial. (BRASIL, 2011a, p. 17).

Tal equipamento operacionaliza de forma direta o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), que segundo definição contida na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, constitui no trabalho de orientações e acompanhamento para famílias em situação de ameaça ou violações de direitos. O referido equipamento socioassistencial operacionaliza também o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC).

Atualmente o CREAS, conta com um coordenador com formação em Serviço Social, três assistentes sociais, um psicólogo, um advogado, uma recepcionista que acumula a função de recepcionista e auxiliar de limpeza, e motorista que não atua de forma exclusiva para o serviço, sendo muitas vezes requisitado por outros equipamentos socioassistenciais. Tais apontamentos nos mostram debilidades no serviço porque demonstra a insuficiência de recursos humanos para a realização do

mesmo, com isso fazem com que os profissionais acumulem funções, fato este que acentuam a precarização das relações de trabalho, o que pode contribuir com o processo de adoecimento do trabalhador, e em certa medida pode comprometer a qualidade dos serviços prestados aos usuários.

Quanto aos atendimentos realizados no ano de 2013, foram atendidas 250 famílias em situação de violação de direitos pelo PAIF, segundo dados colhidos in lócus, foi evidenciado também que a maioria dos casos atendidos são encaminhamentos feitos pelo Ministério Público do município, os casos de denúncia e demanda espontânea ainda são em menor número, ou seja, a população ainda não procura diretamente o serviço, o que pode apontar a necessidade de divulgação deste equipamento em âmbito municipal.

No nível de Proteção Social de Alta Complexidade, temos dois Serviços de Acolhimento institucional: Abrigo Institucional, para Crianças e Adolescentes e uma Residência Inclusiva (Casa Lar do município).

A Casa da Criança e do Adolescente, (Abrigo Institucional), acolhe crianças e adolescentes, de ambos os sexos em situação de risco, decorrente de violações de direitos, constitui-se como medida excepcional e provisória, a capacidade para atendimento é de 20 crianças e adolescentes residentes e domiciliadas no município. O Abrigo Institucional, conta com os seguintes recursos humanos: 01 Coordenadora com formação em nível médio¹⁰, 01 assistente social, 01 psicóloga, cuidadoras sociais e cantineiras. Através de uma análise do contexto do serviço de acolhimento, enquanto parte do órgão gestor, aponta-se como desafios no cotidiano de trabalho no âmbito do SUAS, a morosidade dos processos que envolvem os acolhidos, no caso específico de Formiga/MG, a Vara da Infância e Juventude, funciona de forma conjunta com a Vara Criminal, o que dificulta o despacho por parte do juiz, com isso o princípio da provisoriedade da medida de acolhimento vê-se comprometida. Com isso, temos adolescentes e crianças com idade avançadas institucionalizadas, sem possibilidade de retorno familiar e com dificuldades no processo de adoção. Como no município, não encontra-se em funcionamento o

¹⁰ Com a realização desta pesquisa evidenciou-se uma contradição nas normativas que regulamentam o trabalho no âmbito do SUAS, a NOB-RH (BRASIL, 2006, p. 21) coloca que para o atendimento direto no serviço de acolhimento institucional, o coordenador deva possuir nível médio ou superior. Enquanto, as Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento Institucional coloca que esse profissional deva ter nível superior e experiência na área (CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 2008, p. 33).

Serviço de Família Acolhedora, aponta-se como uma possibilidade a ser pensada pelo município estratégias para a sua consolidação.

A Residência Inclusiva, (Casa Lar - nome dado ao serviço de acolhimento no município), acolhe jovens e adultos com deficiência mental, cujos vínculos familiares estejam rompidos ou fragilizados, atualmente existem 10 usuários acolhidos, número de vagas ofertadas por esta instituição. Percebe-se, a partir da definição do público-alvo deste serviço que a obrigação primeira em promover o cuidado a seus membros é atribuído a família, a intervenção do Estado se mostra necessária quando essas demonstram não serem capazes de exercer tal papel como já afirmamos anteriormente. Diante dessa colocação, percebe-se que a institucionalização do indivíduo, visto muitas vezes como uma solução por partes dos profissionais no cotidiano de trabalho, funcionam como um paliativo, na medida em que, muitas vezes não consideram as condições objetivas nas quais às famílias estão inseridas, em condições precárias de ter garantido a sua própria sobrevivência. Sendo assim, muitas vezes, afasta-se o indivíduo do convívio familiar penalizando a família por não oferecer o cuidado e a proteção social necessário e esperado pela sociedade burguesa a “prole” e as condições sociais da família permanecem as mesmas com o sem a presença daquele membro. E outra questão não menos importante, em que condições esses indivíduos estão sendo recebidos pela Política de Assistência Social, evidenciam a partir deste processo de institucionalização mudanças na vida deste sujeito? Há uma estrutura física adequada para o atendimento deste público? Há um trabalho multidisciplinar consolidado no município para o atendimento a essas pessoas? Já que a família se mostra “incapaz” [expressão utilizada por Miotto (2004)], o Estado tem se mostrado “capaz” de promover este atendimento com eficiência? Eu diria que são perguntas que precisam urgentemente de respostas pelos sujeitos envolvidos neste processo. Como parte deste processo, afirmaria que não! E que não é objetivo do Estado promover esse atendimento em sua plenitude conforme procuramos deixar claro neste trabalho.

A partir das considerações trabalhadas neste capítulo procuramos demonstrar que, a Política de Assistência Social no Brasil, apesar de ser regulamentada por normativas que lhe dão o “status de direito”, sob uma perspectiva universalizante, na prática há nitidamente um recorte do público prioritário focalizado na extrema pobreza, entendida como um fenômeno natural da sociedade capitalista em curso, e

não como uma expressão da questão social, como defendido na perspectiva assumida na presente pesquisa.

Diante da não consolidação da primazia do Estado na condução desta política pública o qual propõe-se em apenas minimizar as diversas expressões da questão social apresentadas no cotidiano de trabalho, sem contudo questionar o processo estrutural que lhe dão origem. Portanto, a Política de Assistência Social, consolida-se em um cenário adverso propiciado pela sociabilidade burguesa em curso, atrelada a uma perspectiva “neodesenvolvimentista”, contudo evidenciou-se particularidades que dificultam o trabalho profissional no cotidiano dos espaços de trabalhos consolidados a partir do SUAS, na análise das profissionais que lidam de forma direta com este processo em evidência no município.

Diante do exposto, é importante sublinhar que, as determinações universais assumidas por esta política em curso como: relação do Estado, sociedade burguesa, política econômica, financiamento da Política de Assistência Social, atreladas as singularidades do município: número de equipamentos socioassistenciais, número de profissionais, formas de contratação, organização do órgão gestor, instrumentais de trabalho, dentre outras categorias, ao serem analisadas culminam nas particularidades assumidas por tal política em âmbito municipal.

Feitas tais colocações do desenho da Política de Assistência Social no Brasil e em Formiga/MG, no próximo capítulo, passaremos a análise de algumas questões correlatas a prática profissional do assistente social frente a consolidação da Política de Assistência Social em curso, em Formiga/MG.

CAPÍTULO 3 O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM FORMIGA/MG

A partir dessas considerações acerca das particularidades assumidas pela Política de Assistência Social no município de Formiga/MG, evidenciadas no capítulo anterior, buscar-se-á problematizar algumas questões correlacionadas ao trabalho profissional dos assistentes sociais, priorizando neste momento o nível da proteção social básica. Assim, teremos as seguintes questões a princípio: como os profissionais na condição de trabalhadores assalariados compreendem e operam a política de assistência social bem como o formato desta política no cenário contemporâneo? A partir de quais condições da realidade objetiva se desenvolve o trabalho cotidiano dos assistentes sociais? Quais os maiores desafios enfrentados por estes profissionais na prática profissional? E outra questão não menos importante o que os profissionais almejam atender e alcançar com a implantação da Política de Assistência Social nesta sociedade regida pela Lei do Capital?

No primeiro subitem deste trabalho procurar-se-á enfatizar a importância da articulação dos preceitos do Projeto Ético Político profissional no cotidiano de trabalho, como uma possibilidade de construção de um perfil profissional comprometido com a defesa dos direitos sociais, capaz de realizar a crítica aos determinantes da sociedade capitalista em curso e reconhecer seus rebatimentos para a prática profissional.

3.1 O Serviço Social e Projeto Ético Político Profissional

Para compreender a profissão de Serviço Social, é fundamental analisá-la no contexto de produção e reprodução das relações sociais regidas pela produção capitalista, na qual a produção dos bens materiais se dá de maneira coletiva e sua apropriação de forma privada pelos donos do capital. O Serviço Social constitui-se numa especialização do trabalho coletivo¹, tornando-se socialmente necessária, na medida em que esse processo de produção determina o surgimento de várias expressões da questão social, que passam a exigir profissionais qualificados,

¹ Para uma análise mais detalhada do significado do surgimento da profissão confira Iamamoto; Carvalho (2007).

capazes de dar respostas a tais necessidades sociais, para além da caridade e repressão, práticas presentes no surgimento da profissão como sendo sinônimo da caridade prestada aos mais pobres, atrelada a ajuda e ao favoritismo.

No processo de constituição do Serviço Social como profissão, o conservadorismo profissional se mostrará fortemente presente, evidenciado pelo processo de Reconceituação, vivenciado pelo Serviço Social a partir da década de 1960, sobretudo, por meio de duas vertentes destacadas por Paulo Netto (2007, p. 164) a “perspectiva modernizadora” e a “reatualização do conservadorismo”. (PAULO NETTO, 2007, p. 201). Orientadas por correntes positivas e fenomenológicas como forma de apreender e intervir na realidade social.

A perspectiva modernizadora mostra-se funcional ao processo de desenvolvimento industrial em curso no país, sem contudo, oferecer nenhuma crítica a ordem vigente no país sobre os ditames da ditadura. Os objetivos de tal vertente são claramente descritos nos documentos de Araxá e Teresópolis, os quais colocam na análise deste mesmo autor “Como prática institucionalizada, o Serviço Social se caracteriza-se pela ação junto aos indivíduos com desajustamentos familiares e sociais [...]” (CBCISS, 1986: 24 apud PAULO NETTO, 2007, p. 167).

Trata-se de uma orientação altamente tecnicista valorizando o sentido técnico operacional da intervenção profissional, visando a integração dos indivíduos ao contexto social, a partir de identificações de situações problemas, através de um recorte microestrutural da realidade social.

No processo caracterizado por Paulo Netto (2007), marcado pela reatualização do conservadorismo para a profissão, vê-se permeado pela apropriação de ações de cunho psicossocial e valorização da pessoa, criando uma proposta metodológica baseada na tríade: “[...] diálogo, pessoa e transformação social.” (Almeida, 1978, p. 116 apud PAULO NETTO, 2007, p. 241), em contraposição a perspectiva positivista que permeou a vertente modernizadora.

Diversos são os representantes desta perspectiva, conforme pode ser visto na citação abaixo:

[...] nossas preocupações fundamentais estão apoiadas em critérios a partir da compreensão de homem e mundo, orientada numa hermenêutica da realidade pela teoria personalista do conhecimento, por uma fenomenologia existencial e por uma ética cristã motivante. (ALMEIDA, 1978, p. 11 apud PAULO NETTO, 2007, p. 205).

Nota-se que, ambas as matrizes teóricas foram funcionais ao projeto da autocracia burguesa, à medida que propagaram a adequação do indivíduo ao contexto social, sob a perspectiva de atendimentos de grupos e indivíduos, sem contudo, questionar os ditames da política de desenvolvimento desigual e repressor em curso.

Antes de continuarmos o debate enfatizando o momento chamado intenção de ruptura vivenciado pelo Serviço Social principalmente a partir da década de 1980 com o chamado método Belo Horizonte (BH), gostaríamos de chamar atenção dos leitores, a partir da seguinte colocação: observando as ações profissionais que marcaram tais vertentes supracitadas, não podemos afirmar que observando os objetivos e princípios propostos pela Política de Assistência Social em curso, atreladas as atividades propostas nos serviços dos CRAS e CREAS, tendo como foco a família e o indivíduo nas atividades do PAIF e PAEFI, corre-se o risco de uma nova reatualização do conservadorismo da prática profissional, denunciado fortemente pela categoria profissional na década de 1980?

Em busca da ruptura ao conservadorismo, é de conhecimento que o Serviço Social vivenciou, a partir da década de 1980, um processo de renovação no seus preceitos ético e políticos, constituindo bases normativas que orientam ou devem orientar a prática profissional expressas pelas: Lei que regulamenta a profissão (Lei 8.662/93) e Código de Ética profissional de 1993, este prescreve direitos e deveres do assistentes sociais sendo alguns de seus princípios:

A defesa, aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia da socialização da participação política e da riqueza produzida; o posicionamento a favor da equidade e da justiça social, o que implica na universalidade no acesso a bens e serviços e a gestão democrática; o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, e garantia do pluralismo; o compromisso com a qualidade dos serviços prestados com a articulação com os novos profissionais e trabalhadores. (CRESS, 7 REGIÃO, 2000 apud IAMAMOTO, 2004, p. 25).

A efetivação desses princípios no cotidiano de trabalho remete-se como uma possibilidade a ser concretizada por meio da luta cotidiana para a construção de uma nova ordem societária pela categoria profissional e pelos atores que comungam dos meios ideais.

Estes princípios norteiam o chamado Projeto Ético Político Profissional dos assistentes sociais, o qual aponta a direção do trabalho profissional em qualquer

âmbito em que o mesmo se dê. É um projeto que tenta ser hegemônico na categoria profissional, mas que ainda enfrenta muitas dificuldades para ser efetivado, seja pelos limites impostos pela própria sociabilidade burguesa, seja por problemas na formação profissional dos assistentes sociais, dentre outros.

Assim, o maior desafio colocado para a categoria profissional, como já assinalado neste trabalho é o de tornar tal projeto o guia efetivo das ações profissionais, sustentada em uma teoria social crítica como forma de desvelar os ditames da sociedade do capital.

Pensar na efetivação de tal projeto no cotidiano requer em primeiro lugar, ter clareza da realidade social adversa aos interesses defendidos pelo Projeto Profissional crítico, no qual o profissional na sua condição de trabalhador assalariado encontra-se inserido. Neste sentido, Guerra (2007, p. 7) afirma que, “[...] um conjunto de mediações conformam esse processo: a ameaça ao desemprego, o achatamento salarial, a precarização das relações de trabalho, o precário contrato de trabalho, a alienação no e do trabalho.”

Em segundo, ser orientado por projetos progressistas significa para a profissão a adoção de estratégias profissionais no cotidiano de trabalho que se somem à luta pela afirmação dos direitos dos trabalhadores em contraposição aos interesses a política neoliberal ou neodesenvolvimentista, a qual já nos referimos neste trabalho, a qual propõe a mistificação por meio de ações paliativas por parte do Estado do processo de exploração do capital sob a classe trabalhadora.

A partir dessas considerações, procura-se no próximo item identificar como os assistentes sociais, enquanto trabalhadores “convidados” a atuarem no âmbito do Sistema Único de Assistência Social estão construindo seu trabalho profissional e compreendendo a Política de Assistência Social, a partir de qual direcionamento ético político. Procurar-se-á responder as indagações feitas no início do presente capítulo.

3.2 A análise da prática profissional no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS): no município de Formiga/MG

- Como os profissionais na condição de trabalhadores assalariados, compreendem e operam a Política de Assistência Social no cenário contemporâneo

A fim de iniciarmos o debate ao qual nos propomos neste item, algumas falas da pesquisa merecem destaque para elucidar como as profissionais analisam a consolidação do SUAS no cenário da política brasileira:

Bom, é uma política que tem muito que avançar... Muito o que crescer e melhorar. Mas essa política vamos dizer, a política atual brasileira ainda deixa muito a desejar. **Em que sentido você enquanto profissional diz que essa política deixa muito a desejar? (Grifos nossos).** Nas respostas as demandas e no sentido de sanar os problemas e proporcionar melhores condições de vida para população. (Maria, Assistente Social da Equipe Volante do CRAS I).

Eu acho que a política vive um momento bom de grandes avanços e de muitas mudanças, com muitos programas para tentar atender as famílias [...] assim precisa pensar de uma forma de promover não só o atendimento mas a emancipação do usuário. (Joana, Assistente Social equipe volante do CRAS I).

Bom, eu considero essa política como uma das melhores que já se teve [...], pois a política é muito completa e abrangente no sentido de respostas as demandas trazidas pelos usuários no cotidiano. (Iolanda, Assistente Social do CRAS II).

A partir destas colocações, evidencia-se uma contradição nas falas das profissionais dos seguintes equipamentos da proteção social básica: CRAS II e equipe volante do CRAS II, no sentido de que a profissional da equipe volante do CRAS II, afirma que a política deixa muito a desejar, no sentido de responder as demandas, sanar os problemas e propiciar melhores condições de vida; enquanto, a assistente social do CRAS II afirma que a mesma política, é muito abrangente no sentido de responder as demandas trazidas pelos usuários no cotidiano. Algumas colocações das profissionais precisam ser analisadas, primeiramente, é preciso ter clareza de que, o significado dos problemas sociais com os quais os profissionais lidam diariamente no cotidiano de trabalho, só podem ser apreendidos a partir da relação antagônica capital-trabalho, no processo de produção e reprodução da riqueza socialmente produzida e sua apropriação de forma privada pelos donos do capital. Neste sentido, só se pode falar em sanar os problemas, na medida em que vê-se suprimida a propriedade privada, e não pela via da suposta “humanização” do capitalismo, via implementação de serviços e programas socioassistenciais.

Um segundo ponto para discussão diz respeito a melhoria na qualidade de vida da população, esta condiz com o fato de poder ter suas necessidades humanas

supridas pelo dispendimento da força de trabalho em condições dignas de remuneração, jornada de trabalho, formas de contratações regularizadas, e a não necessidade de complemento de renda pela via da implementação de programas sociais compensatórios. Mas na realidade, da forma como o trabalho se particulariza em tempos de acumulação flexível, o trabalho não permite se quer a satisfação das necessidades mais elementares de sobrevivência, quem dirá necessidades humanas, daí a necessidade de ações paliativas por parte do Estado. Sobre isso Raichelis (2013, p. 614), complementa que “[...] é por meio da política social que o Estado busca administrar as expressões da questão social, de modo a atender demandas de várias ordens inclusive dos trabalhadores, para assegurar condições necessárias ao desenvolvimento monopolista do capital.”

Outro ponto a ser analisado nas falas da pesquisa é que, as profissionais consideram que houve um avanço com a aprovação da atual política de assistência social. Entende-se que em certa medida a consolidação de tal política constitui-se como um avanço, a partir do momento que se torna um direito para os usuários, a ser prestada a quem dela necessitar (em tese), considerando o cunho assistencialista que predominou na história da assistência social até a segunda metade dos anos oitenta. Mas é um processo que institui enormes tensões principalmente no que diz respeito a sua operacionalização e compreensão por parte dos profissionais no cotidiano de trabalho. Vejamos algumas falas:

Eu vejo tais legislações como nosso embasamento teórico que nós usamos para aplicar no nosso cotidiano, os objetivos, os princípios, e as diretrizes são muito importante o profissional dominar isso para poder intervir na realidade e assim aplicar o que preconiza a política no dia a dia do nosso trabalho. (Eduarda, Assistente Social do CREAS).

Qual a minha compreensão né das novas legislações elas são muito boas né? As legislações são muito claras no sentido de direcionar a prática profissional. Estão sempre em revisão e isso é muito importante porque ajuda a gente a se escalar como profissional (Iolanda, Assistente Social do CRAS II).

As legislações vêm promover grandes mudanças e transformações, tem mais pessoas sendo atendidas, só que tem que pensar uma forma de fazer acontecer como tá ali no papel, tá escrito de uma forma e na realidade ocorre de outra. É tentar colocar o que tá ali no papel no cotidiano de trabalho pra fazer de fato acontecer à política. (Joana, Assistente Social Equipe Volante do CRAS I).

A política está num momento muito bom só que tem que pensar em uma forma de promover não só o atendimento, mas também promover a emancipação. Tem as leis todas “bonitinhas”, mas de fato não acontece, fica no nível da proteção do cuidado, mas não promove a emancipação humana. (Maria, Assistente Social Equipe Volante do CRAS I).

Evidencia-se, a partir das falas das profissionais, em sua grande maioria, coloca a Política de Assistência Social como nosso embasamento teórico para o desenvolver da prática profissional, considerando que os pressupostos da Política de Assistência Social devem orientar a prática profissional. Neste ponto, faz-se necessário um apontamento, na presente pesquisa afirma-se que não são os pressupostos da Política de Assistência Social que deve nortear nossa prática profissional, essa afirmação trata-se a nosso ver de um sério equívoco por parte dos profissionais, tendo em vista que, os objetivos propostos pela Política de Assistência Social em curso se diferem muito dos ideais propostos pelo Projeto Ético Político Profissional, pois este se vincula a um projeto de classe muito maior, ancorado na teoria social crítica e na perspectiva da revolução.

Trata-se, portanto, de uma associação reducionista dos valores e princípios que devem nortear a nossa prática profissional. Diante disto, faz-se necessário resgatar o significado do Projeto Ético Político profissional crítico, como a direção social reafirmando seu compromisso com a “[...] autonomia, com a emancipação e com o pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais.” (PAULO NETTO, 1999, p. 15).

A concepção da Política de Assistência Social no Brasil, balizada no Projeto Ético Político, perpassa necessariamente, pela compreensão por parte dos profissionais envolvidos de forma direta na implantação desta política, de seus limites, bem como de sua natureza contraditória, ao garantir os mínimos necessários a sobrevivência humana e ser funcional a perpetuação do capital. Nesta perspectiva Boschetti (2004, p. 120) complementa:

A seguridade Social (da qual a Política de Assistência Social faz parte), não é vista como um fim, como um projeto em si, mas como via ingresso, de entrada, ou de transição a um padrão de civilidade que começa pelo reconhecimento e garantia de direitos no capitalismo, mas não esgota nele, sob pena de limitar a cidadania ao conceito marshalliano de garantia de mínimos necessários a sobrevivência humana. Esse modo de conceber a seguridade social está em sintonia com o Projeto Ético Político Profissional que ao adotar a liberdade como valor central, assume, no dizer de Neto

(1999: 105), o “compromisso com a autonomia a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais” [...].

Ainda, na análise de Boschetti (2004, p. 128), os princípios e valores que sustentam o Projeto Ético Político Profissional, “[...] precisam ser traduzidos e concretizados a partir de mediações que constroem e se realizam cotidianamente pela atuação profissional na e a partir da realidade.” Sendo assim, constitui-se como algumas estratégias profissionais para a viabilização do Projeto Ético Político no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais: formação continuada, alicerçada na teoria social crítica, capaz de realizar uma análise da realidade social em curso; realização de pesquisas sobre as temáticas que envolvem o trabalho profissional; sistematização da prática profissional cotidiana e análise crítica dos dados obtidos, articulação com os movimentos sociais coletivos em busca de fortalecer o controle social. E ainda na análise de Paulo Netto (1999, p. 105),

Prioriza uma nova relação sistemática com os usuários dos serviços oferecidos pelos assistentes sociais: é o seu componente estrutural o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, incluída nesta qualidade a publicização dos recursos institucionais, instrumento indispensável para sua democratização e universalização e, sobretudo, para abrir decisões institucionais à participação dos usuários.

Recuperando uma categoria que aparece na citação de Paulo Netto (1999, p. 105), que coloca a questão do comprometimento da prática profissional, vinculada a promoção da emancipação humana, tal categoria ontológica, precisa ser analisada de forma mais acentuada, pois, aparece na fala de uma profissional que coloca a Política de Assistência Social, como sendo responsável não só pelo atendimento, mas, também pela promoção da emancipação humana.

Na análise de Paulo Netto (2012a), a emancipação humana, como um dos pilares do Projeto Ético Político Profissional, supõe a ultrapassagem da ordem social comandada pelo capital, onde se vê suprimida a propriedade privada e a existência do antagonismo de classes pela via da revolução comandada pelo proletariado. Tal discussão passa necessariamente pela compreensão da categoria trabalho, como Marx e Engels (1979, p. 39) denominam de “primeiro ato histórico”, que realizado sob condições históricas determinadas é também causa de estranhamento, e se apresenta como um obstáculo a emancipação do ser humano. Na medida em que o

trabalho não está limitado a transformação da natureza para a produção de valores de uso, e sim a partir do excedente na esfera da produção, este é apropriado de forma privada pelos donos dos meios de produção, originando a propriedade privada, causa de toda alienação e estranhamento humano. Na análise de Iasi (2010, p. 71), “[...] o impacto da sociabilidade do capital, isto é, do conjunto das relações sociais que constituem a base do ser do capital sobre o trabalho, é desastroso para a emancipação humana.”

Ainda na análise de Iasi (2010, p. 72), este coloca que:

A condição humana tinha o trabalho como meio de humanização, agora a condição de mercadoria é o único meio de garantir a existência, garantia esta que só se consegue com o máximo de esforço e com as mais extraordinárias interrupções (idem, p.81), de modo que só o acesso ao trabalho, portanto a desumanização permite a satisfação de necessidades humanas e sociais. Isso implica que a efetivação do trabalho assume a forma de desativação do trabalhador.

Analizando os objetivos da Política de Assistência Social, não se pode afirmar se quer que tal política possibilite a emancipação de cunho político (esse não constitui como sendo um objetivo a ser alcançado somente pela via da implantação de políticas sociais), isso implicaria a garantia da cidadania plena, ou seja, a garantia de forma universal dos direitos civis, políticos e sociais de forma igualitária para todos os cidadãos. Sobre isso Iamamoto (2004, p. 5) enfatiza:

Requer, portanto, a compreensão de cidadania e democracia para além dos marcos liberais. A cidadania entendida como capacidade de todos os indivíduos no caso de uma democracia efetiva, de se apropriarem dos bens socialmente produzidos de atualizarem as potencialidades de realização humana, abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado.

A partir da análise da citação de Iamamoto (2004), esta afirma que há a necessidade da distribuição igualitária da riqueza socialmente produzida para a efetivação da cidadania plena, fato este que não se consolida somente pela via da implantação de políticas sociais, principalmente da forma que estão arquitetadas na sociedade capitalista contemporânea, é importante afirmar a partir da colocação de Boschetti (2004, p. 113):

Ainda que incapazes de instituir a plena igualdade de condições no capitalismo, as políticas sociais podem constituir uma via para a redução das desigualdades sociais, desde que assumidas pública e

institucionalmente como sistemas legais e legítimos de garantia de direitos e não apenas como programas focalizados de combate à pobreza extrema.

Diante dessa colocação da autora, pode-se afirmar que a concretização da Política de Assistência Social, por meio de um Sistema Único de Assistência Social, não garante se quer a defesa dos direitos socioassistenciais em sua plenitude, à medida que está comprometida em suprir algumas carências humanas centradas em demandas pontuais e individuais, em detrimento caráter universal preconizado por esta, sob a primazia do comando estatal na condução desta política pública, a partir do recorte de cunho redistributivo, mantendo a seletividade pelo critério de renda, materializados principalmente através do Programa Bolsa Família (PBF) e Benefício de Prestação Continuada (BPC). Na análise de Josiane Santos (2012, p. 441), esta coloca que:

O processo do pauperização, que tem sido enfrentado como nós todos sabemos, predominantemente com políticas de assistência social e, em seu interior, com o Programa Bolsa Família enquanto principal componente orçamentário desta política. Essa flagrante “expansão de políticas de exceção, de ingressos, em substituição do trabalho”. [...] Isso significa dizer que a “questão social” passa a ser enxergada, predominantemente como sinônimo de exclusão social e reduzida a pobreza.

Ainda analisando a Política de Assistência Social, uma assistente social, diz:

A pessoa fica muito dependente você dá uma cesta básica hoje, mês que vem ela tá aqui de novo, no outro mês no outro, ela prefere ficar dependente daquela cesta e do Bolsa Família. Manda pro SINE (Sistema Nacional de Emprego) a pessoa não quer ir até lá a procura de trabalho. (Iolanda Assistente Social do CRAS II).

Percebe-se que o indivíduo é culpabilizado pela situação de “dependência” em relação à Política de Assistência Social, a situação de pobreza é vista como problema de ordem moral - comportamental como, por exemplo, quando a profissional coloca a falta do trabalho como responsabilidade exclusiva do indivíduo. Sobre essa situação, Iasi (2010, p. 66), expõe:

O ato do trabalho não pode ser considerado em si mesmo, portanto, fora da dimensão histórica, isto é de seu próprio movimento, pois em si mesmo ele é sempre continuidade e ruptura uma vez que parte das condições e circunstâncias herdadas e as altera criando um novo patamar objetivado sobre o qual as novas gerações atuarão; em segundo lugar e para o nosso tema isso é fundamental, não se pode

chegar ao juízo universal sobre o trabalho desprezando suas determinações diversas, ou seja as formas particulares que assume no seu devir histórico e que são sempre formas determinadas.

A partir desta colocação percebe-se que possuir ou não um trabalho depende de condições objetivas, da sociedade capitalista e seus determinantes, dentre eles as mudanças no chamado mundo do trabalho, ocasionadas principalmente a partir de 1990. Sobre isso Paulo Netto (2012a, p. 424-425) coloca que:

Em síntese nos últimos trinta anos o modo de produção capitalista experimentou transformações de monta, que se retratam distintamente nas diversas formações econômicas sociais em que se concretiza e que se concretiza e exigem instrumentos analíticos mais refinados. Ainda que se registrem polêmicas acerca da natureza e das complexas implicações dessas transformações, bem como do ritmo em que levam o modo de produção capitalista a se aproximar dos seus limites estruturais, duas interferências parecem-me inquestionáveis: Nenhuma dessas transformações modificou a essência exploradora da relação capital/trabalho; pelo contrário, tal essência, conclusivamente planetarizada e universalizada, exponencia-se a cada dia; A ordem do capital esgotou completamente as suas potencialidades progressistas, constituindo-se, contemporaneamente, em vetor de travagem e reversão de todas as conquistas civilizatórias.

Ainda na análise do mesmo autor são indicadores que evidenciam as transformações no mundo do trabalho: jornadas de trabalho prolongadas, intensificação do trabalho e enorme defasagem entre o crescimento da renda capitalista e crescimento da massa salarial. Sobre isso Raichelis (2013, p. 618) acrescenta:

A denominada nova morfologia do trabalho (Antunes, 2005) desencadeia mudanças profundas nas formas de organização e relações de trabalho, gerando processos continuados de informalização, insegurança, e desproteção no trabalho, e novas formas de contratação da força de trabalho assalariada por meio de trabalhos terceirizados, subcontratos, temporários, domésticos, em tempo parcial ou por projeto, além de formas que se supunham eliminadas, como o trabalho escravo, trabalho infantil para citar algumas expressões da precarização a que estão submetidos os trabalhadores no mundo do trabalho.

As características acima assinaladas atingem a totalidade dos processos produtivos, alterando perfis profissionais e espaços de trabalhos consolidados, (RAICHELIS, 2013), inclusive os espaços de trabalho consolidados a partir da implantação do SUAS.

- O significado dado à prática profissional no cenário contemporâneo: o assistente social na condição de trabalhador assalariado.

O Serviço Social se caracteriza como profissão liberal inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho, desta forma, a prática profissional nos diversos espaços de trabalho é tensionada pela condição de trabalhador assalariado, condição esta a partir da qual se explica a autonomia relativa dos assistentes sociais, tendo em vista que, estes não dispõem dos meios necessários para a execução do seu trabalho, mas dependem da venda da força de trabalho, tendo como seu maior empregador o Estado. Sobre isso Raichelis (2013, p. 618) dispõe:

Se o Serviço Social foi regulamentado historicamente como profissão liberal, seu exercício profissional se realiza mediatizado por instituições públicas e privadas, tensionado pelas contradições que atravessam as classes sociais na sociedade do capital e o assistente social submetido a condição de trabalhador assalariado, cuja a atividade se assenta em normas próprias que orientam as relações de trabalho.

Daí surge uma questão importante para o debate da prática profissional: qual o significado dado a essa categoria profissional na sociedade capitalista contemporânea tendo em vista que o assistente social é um trabalhador assalariado, tendo como maior empregador o Estado, como suscitado no debate em linhas supracitadas. Nos manuscritos de 1844, Marx aponta características relacionadas ao trabalho:

Primeiro, que o trabalho é externo ao trabalhador, isto é, não pertence ao se ser, que ele não se afirma, portanto em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruína seu espírito. Seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é, por isso, satisfação, mas carência meio para satisfazer necessidades fora dele. (MARX, 2004, p. 82-83).

A partir, desta citação de Marx, percebe-se que o trabalho, deixa de ser, em grande medida, uma realização humana, no sentido de transformação da natureza e do próprio homem para suprir necessidades humanas, e passa a ser um trabalho alienado e estranhado, que se realiza sob condições objetivas da sociedade capitalista, e o processo de trabalho se torna meio apenas de garantir a sobrevivência.

Na análise de Silva e Silva (2010, p. 115):

[...] no modo de produção capitalista, o que deveria ser finalidade básica do ser social (no e pelo trabalho) é pervertido e degradado, isto é, o trabalho é subjugado ao capital, tendo em vistas que o processo de trabalho é apenas de sobrevivência, a força de trabalho é mercadoria que produz outras mercadorias.

Neste sentido, o homem tem suas necessidades reduzidas a “necessidades corpóreas”, não restando tempo para demais atividades “espirituais livres” como lazer, educação. Além do fator tempo (extração de mais valia), conjuga-se a esse cenário, a má remuneração da força de trabalho que faz com que o proletariado não tenha como pagar para usufruir das atividades supracitadas.

Vejamos a partir de tais colocações, alguns depoimentos que demonstram como as assistentes sociais, sujeitos dessa pesquisa, se veem na condição de trabalhadoras.

Percebo no cotidiano de trabalho a desvalorização do trabalhador, por parte do usuário, porque o assistente social é visto como a dama de caridade, tem um cunho conservador, os usuários não entendem a política de assistência social como uma política de transformação do estágio inicial. (Maria, Assistente Social da Equipe Volante do CRAS I).

É complicado o trabalho dos assistentes sociais não é valorizado, principalmente pelos usuários, E a insegurança no trabalho, falta apoio da rede. (Joana, Assistente Social Equipe Volante do CRAS I).

É um “jogo de cintura” (Risos) porque como assistentes sociais somos trabalhadores, então somos detentores da força de trabalho, e nós temos que ter jogo de cintura para sabermos que temos que defender os interesses dos nossos usuários, mas enquanto trabalhadores estamos ligados a uma instituição, e temos que cumprir o que é imposto, o que não quer dizer que sempre devemos concordar com tudo né? As formas de contratação ainda são um problema, a contratação por processo seletivo é muito desgastante para o profissional, essa rotatividade, essa troca de profissionais prejudica o usuário e os profissionais. (Eduarda, Assistente Social do CREAS).

Essa última fala apresentada na pesquisa demonstra: a insegurança da permanência no mercado de trabalho, frente à precariedade das relações de contratação, a rotatividade proporcionada pelo modelo de acumulação flexível, e a condição de trabalhador assalariado detentor unicamente da força de trabalho que se transforma em mercadoria captada pelo estado dentro do complexo das relações sociais capitalistas.

Outro apontamento presente na terceira fala da pesquisa, demonstra que a profissional reconhece-se na condição de trabalhadora assalariada, que tem a necessidade de vender sua força de trabalho ao empregador, (na maioria das vezes, o Estado), diante disso, sua prática vê-se tensionada por interesses contrapostos da classe trabalhadora e do capital. Sobre isso Iamamoto (2004, p. 10) coloca que:

Como as classes sociais só existem em relação, pela mútua mediação entre elas, o trabalho profissional é necessariamente polarizado pela trama de suas relações e interesses, tendendo a ser captado pelos que tem uma posição dominante. Reproduz, também, pela mesma atividade interesses contrapostos, que convivem em tensão. Responde tanto as demandas do capital e do trabalho, e só pode fortalecer um polo pela mediação do seu oposto. A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política coletiva para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, embora elas não possam ser excluídas do contexto do trabalho profissional.

O assistente social enquanto trabalhador vivencia esta contradição, no entanto, a direção ético política dos assistentes sociais, pedem que esses profissionais elaborem estratégias que possibilitem fortalecer os interesses da classe trabalhadora, compreendendo as determinações históricas que permeiam a prática profissional. Iamamoto (2004), coloca ainda que o profissional deve ir além das rotinas profissionais para buscar apreender no movimento da realidade as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em processos de trabalho.

Primeiramente, faz-se necessário que enquanto trabalhadores, tenhamos clareza que da forma como o trabalho está configurado na sociabilidade burguesa, tendo como pressuposto sua subjunção real ao capital, torna-se absolutamente insuficiente no sentido de atender os interesses da classe trabalhadora em sua plenitude. Pois, limita-se a garantir condições mínimas de sobrevivência aos trabalhadores para a perpetuação do capital, tornando um trabalho alienado e estranhado para aquele que vende sua força de trabalho em troca de um salário. Portanto, no modo de produção capitalista “[...] o trabalho converte-se em meio de sobrevivência, bem como a força de trabalho ‘livre’ torna-se uma mercadoria, com vistas à produção de outras mercadorias que alimentam o metabolismo do capital [...]” (MARX, 1984a, p. 197).

A clareza, por parte dos profissionais como parte constituinte desse processo e das tensões vivenciadas no cotidiano de trabalho, nos dizeres de José Paulo Netto, constitui-se um primeiro passo “a negatividade ontológica do político”, em segundo lugar o profissional precisa ter claro, os limites intrínsecos da Política de Assistência Social em curso e seus objetivos em minimizar as diversas expressões da questão social, sem “tocar” nos processos de produção que lhe dão origem, para que não seja esperadas por partes dos profissionais, que a política possa garantir melhores condições de vida para a população ou a emancipação humana, conforme já foi evidenciado neste trabalho.

Constituem ações que podem garantir um salto qualitativo ao trabalho dos assistentes sociais, uma formação continuada pautada na teoria social crítica, a organização coletiva dos profissionais em busca da materialização de melhores condições de trabalho, na análise de José Fernando Silva (2013, p. 207),

[...] é primordial atuar reunindo forças comprometidas com aqueles que ‘vivem do trabalho’. Socializar as informações e angústias vivenciadas pelos assistentes sociais no conjunto CRAS-CREAS, discutir o limite do instituído com outras instâncias que atuem junto aos trabalhadores é ponto crucial para congregar forças e exercitar a crítica da política junto às massas.

Faz-se necessário ainda uma aproximação da profissão com as entidades representativas, associações de bairros, Conselhos, movimentos sociais, em busca do fortalecimento da massa crítica adormecida pela alienação e fetichismo do modo de produção capitalista.

- A análise que os profissionais fazem dos eixos que estruturam tal política

Na presente pesquisa, quando indagados sobre os eixos ou diretrizes estruturantes do SUAS, alguns profissionais não sabiam citá-los e fazer uma análise crítica dos mesmos mas evidenciam trabalhar com eles no dia a dia:

(Risos) Não. Não sei falar não dos eixos que estrutura tal política.
(Joana, Assistente social da Equipe Volante do CRAS I).

Não sei falar quais são mas sei que no dia a dia trabalho com eles ao trabalhar com a família e com o indivíduo. (Maria Assistente Social da Equipe Volante do CRAS I).

O fato das profissionais afirmarem desconhecerem os eixos que estruturam a Política de Assistência Social, já configura-se em uma primeira debilidade, pois, como afirma Guerra (2009, p. 4), “[...] a necessidade de atuarmos na realidade é que nos conduz ao conhecimento. Não obstante, para intervir é preciso conhecer, para o que há de ter procedimentos adequados.” Então, mesmo que o nível do conhecimento não ultrapasse o conhecimento permitido pelo nível da razão “formal abstrata” “[...] aqui, o conhecimento se limita à função de expressar a realidade tal como ela aparece empiricamente.” (GUERRA, 2009, p. 6). Espera-se, então o mínimo de conhecimento dos preceitos e objetivos da política, mesmo que apropriados de forma acrítica pelos profissionais, o que não escapa a uma intervenção cotidiana meramente instrumental e pragmática.

Duas profissionais ao serem indagadas sobre os eixos que estruturam tal política, afirmam que:

Para mim o que estrutura da política de assistência social é a família né? Aí eu tô falando da matricialidade sociofamiliar a família é a matriz de todos problemas se a família não está bem estruturada ou seja, desestruturada ali começam a surgir as expressões da questão social, então não há dúvida que temos que trabalhar a família. (Eduarda, Assistente Social do CREAS).

Temos que trabalhar a partir dos territórios, priorizando as famílias que hoje estão em situação de vulnerabilidade social e muito desestruturadas, estão na situação de cesta Básica ou Bolsa Família e não querem conseguir um emprego. (Iolanda, Assistente Social do CRAS II).

Acho que é a matricialidade sociofamiliar e territorialização (Soraya Assistente Social do CRAS I).

Evidencia-se, a partir das falas, que dois eixos são destacados pelos profissionais: Matricialidade Sociofamiliar e Territorialização. Na definição da Política Nacional de Assistência Social, a família constitui-se: “[...] como um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primária, provedora de cuidados as seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida.” (BRASIL, 2005a, p. 41). Enquanto o princípio de territorialização é um instrumento do SUAS para apreender, analisar e projetar suas ações de proteção social tendo como núcleo de canalização a família. A partir de tais colocações podemos partir das seguintes indagações a princípio: No âmbito da “matricialidade sociofamiliar” se conjuga o espaço privilegiado em que se vive, produz e determina a questão social?

Na família está o lócus de possíveis respostas efetivas para as diversas expressões da questão social? O Conceito de territorialização presente na NOB SUAS é suficiente para destacar as áreas de maior incidência das expressões da questão social, como destacado na introdução deste trabalho? Analisando alguns fragmentos descritos acima que demonstram a percepção dos profissionais sobre o papel da família e do território no âmbito do SUAS, aparecem conceitos que merecem ser discutidos: “A família é a matriz de todos os problemas”, “famílias desestruturadas”.

Para Paulo Netto (1992), os “problemas sociais” não podem ser compreendidos de forma fragmentada e isolada, mas deve estar enraizada no desenvolvimento e dinâmica da relação antagônica capital trabalho, ou seja, os “problemas sociais” são as expressões resultantes de uma única questão, a questão social. Dito de outra forma, as profundas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, principalmente a partir da década de 1990 no Brasil, tais como o processo histórico de Reestruturação Produtiva e Reforma do Estado determinam as novas formas de enfrentamento e demanda profissional para o Serviço Social diante da questão social.

Percebe-se ainda a partir das falas que a categoria família é colocada como ponto primordial para o desenvolver da prática profissional na reprodução do contexto social adverso em curso. Sobre isso José Fernando Silva (2013, p. 121) expõe:

Reafirmar a importância das famílias e das ações sociais com elas realizadas, também com o apoio do Serviço Social, é algo inquestionável. Negar essa dimensão significa negar uma demanda real e importante (mas não central - sob o ponto de vista aqui reivindicado) para sociabilidade e para reprodução do ser social. [...] os problemas se adensam todavia, quando a família é tomada como ponto nevrálgico, central e fundante da produção e reprodução social (quando na verdade é coadjuvante- mesmo que importante, ainda que seja para referir especificamente a política de assistência social.

Ora, as famílias fazem parte de um contexto familiar burguês. Segundo José Fernando Silva (2013, p. 124),

[...] trata-se portanto de um complexo social secundário, ou seja, sustentado em outros elementos contidos na sociabilidade burguesa, determinada não mecanicamente por essa sociabilidade e por uma importante categoria: a categoria trabalho (ainda que sob o mando do capital ela se aliene estranha e imponha barreiras a emancipação humana.

Diante disto, é preciso buscar compreender como esses novos determinantes socio-históricos incidem na vida dos sujeitos, e esse entendimento só será possível, se o profissional refletir a realidade objetiva, do singular ao universal ou vice e versa, tendo a particularidade como função mediadora. Contribuindo assim, na superação de construções de categorias como: “famílias desestruturadas”, “famílias desajustadas”, culpabilizando o indivíduo de sua situação de vulnerabilidade e risco, retornando ao conservadorismo existente na gênese da profissão, pois não constroem mediações que elucidam as particularidades de cada caso mediante conexões com o universal. Este é o desafio central para a categoria profissional no cotidiano de suas práticas com as famílias.

A partir de tais colocações que elucidam desafios correlatos a implantação e compreensão da Política de Assistência Social, tendo como parâmetro a prática profissional no cotidiano de trabalho na consolidação dos preceitos do SUAS, um outro grande desafio a ser elucidado parte da seguinte questão: A partir de qual viés teórico metodológico as determinações concretas ou as diversas expressões da questão social estão sendo analisadas pelas profissionais?

- A possibilidade da articulação do Projeto Ético Político no cotidiano de trabalho: uma análise feita a partir dos depoimentos dos profissionais.

Uma questão abordada pela pesquisa pode nos ajudar neste debate, as profissionais quando indagas sobre a possibilidade de articulação do Projeto Ético Político Profissional no cotidiano de trabalho afirmam:

Ele dentro do nosso trabalho é fundamental porque deve nortear o nosso trabalho até mesmo na forma de lidar com as demandas do dia a dia, é saber que essas demandas perpassam pela demanda capital trabalho. (Soraya, Assistente Social do CRAS I).

O Projeto Ético Político ele é a favor da classe trabalhadora, e nós enquanto assistentes sociais devemos trabalhar em prol da classe trabalhadora na garantia de seus direitos, é muito importante para nós, é nosso embasamento (Eduarda, Assistente Social do CREAS).

O Projeto Ético Político envolve a forma do profissional trabalhar, a minha compreensão do Projeto Ético Político é a gente ser capaz de pegar o que tá na LOAS e PNAS e transformar em ferramenta de transformação para o nosso usuário. (Iolanda, Assistente Social do CRAS II).

Percebe-se a partir das falas das profissionais que todas reconhecem o Projeto Ético Político como um elemento norteador da prática profissional que auxiliam na forma de compreensão das demandas no dia a dia profissional, gestadas a partir da relação antagônica capital - trabalho (ênfatizam-se aqui as contradições de algumas falas que aparecem no decorrer da pesquisa citadas anteriormente pelas mesmas profissionais). Já em uma das falas há uma nítida confusão, quando coloca-se como sendo sinônimos os princípios preconizados pela LOAS e PNAS, com os princípios preconizados pelo Projeto Ético Político Profissional, alguns podem ser os mesmos, porém, é preciso tomar cuidado para não atribuir o mesmo significado, pois, estes possuem significados bastante diferenciados. Vejamos, apesar da Lei Orgânica de Assistência Social descrever como sendo alguns de seus princípios:

Art. 4º [...]

II - [...] a universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III - respeito à dignidade do cidadão, a sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como a convivência familiar e comunitária, vedando qualquer comprovação vexatória de necessidade. (BRASIL, 1993a).

Conforme já acentuamos, a Política de Assistência Social, demonstra traços contra as aspirações universalistas no acesso a bens e serviços e ao exercício da cidadania plena à medida que:

Estabelece rigores sobre a seletividade do público a ser atendido; residualidade no valor das prestações financeiras; ênfase nas estratégias de coerção e condicionalidades; maior miopia na priorização do público alvo; compreensão na abrangência dos programas de transferência de renda; exigências de contra partidas contratuais; a fixação da lógica da curta temporalidade (porque é apenas ajuda) nos programas de transferência que antes não sofriam prazo de duração. (PAIVA, 2006, p. 17).

Sendo assim, afirma-se que não há uma concepção consoante, entre os moldes da Política de Assistência Social, e os preceitos do Projeto Ético Profissional, este último vincula-se a um projeto societário que remete a um processo de luta pela efetivação de uma nova ordem societária que elimine a sociedade de classes e consequentemente a propriedade privada, em busca, da consolidação da emancipação humana. Para tanto, é real a necessidade de compreensão por parte

dos profissionais inseridos no mercado de trabalho, (que não se limita à operacionalização da Política de Assistência Social); dos determinantes da sociedade burguesa em curso, que interferem de forma direta na organização do contexto profissional.

É, importante afirmar com toda clareza que a emancipação humana não é tarefa única do Serviço Social, enquanto especialização do trabalho coletivo, e não se realizará jamais nos marcos exclusivos da profissão, trata-se de uma construção coletiva e processual. Tendo em vista, todas as limitações já evidenciadas a respeito do conjunto CRAS-CREAS, estes espaços podem significar espaços que possibilitem a construção coletiva dos usuários, no processo da consolidação da participação destes nos espaços decisórios, para tanto, faz-se necessário a vinculação dos profissionais aos movimentos sociais, das lideranças locais, eliminando o caráter meramente institucional da prática profissional cotidiana, fomentar a participação da sociedade civil nos Conselhos, como espaços deliberativos reafirmados com a consolidação da Política de Assistência Social; Na análise de José Fernando Silva (2013, p. 209),

Isso significa que faz-se necessário retomar a “conversa com o povo”, conhecer suas necessidades e demandas atuais, abandonar o isolamento técnico-institucional e o posto unicamente gerencial, criando melhores condições para enriquecer os espaços oficiais exatamente com aquilo que eles possuem: Potência Contestatória.

Para tanto, faz-se necessário que os profissionais busquem no cotidiano de trabalho: a formação continuada orientada pela teoria social crítica, reafirmem a prática da pesquisa como forma de desvelar os determinantes históricos da sociedade capitalista, diante disso, há que necessariamente investir na qualidade da formação profissional dos assistentes sociais. Pois, a política liberal em curso, requisita profissionais que se limitam a reprodução do instituído, não transpondo na sua prática cotidiana o preenchimento de densos formulários quantitativos, prontuários, planos, Censos SUAS, não que isso seja desnecessário.

O que se quer afirmar é a necessidade da articulação do nível da razão formal abstrata com a razão crítico dialética, a fim de refletir, criticamente, o cenário objetivo a partir do qual são gestadas as demandas profissionais; é preciso descortinar o fato imediatamente dado a partir da perspectiva da totalidade:

[...] a sociedade é apreendida como uma totalidade concreta, dinâmica e contraditória, que se constitui de processos, que eles mesmos, possuem uma estrutura de totalidade- de maior ou menor complexidade. A categoria de totalidade, nesta angulação, é simultaneamente a categoria central da realidade “histórico social” e a categoria nuclear de sua reprodução teórica”. (PAULO NETTO, 1989, p. 93).

Afirma-se então que, a possibilidade de apreensão da legalidade social, ou seja, a busca pela compreensão das forças e antagonismos que historicamente se impõem à sociedade está na recuperação das mediações que estruturam o ser social; a partir da categoria da mediação podemos compreender a historicidade dos fatos que se encontram submersos na facticidade. Pois como afirma Lukács (1978, p. 97):

Em toda sociedade ricamente articulada, ela [a imediaticidade], é tão somente o modo pelo qual aparecem mediações largamente absorvidas, as quais o pensamento deve descobrir na realidade, superando assim a imediaticidade no plano conceitual.

Então, no cotidiano dos diversos espaços ocupacionais do assistente social, atentando-se neste momento para os espaços técnicos operacionais do SUAS, faz-se necessário a presença de um profissional crítico capaz de apreender que as demandas profissionais são gestadas a partir da relação antagônica capital – trabalho, da qual o sujeito demandatário dos serviços no interior do SUAS é parte constituinte.

Para tal compreensão, é fundamental a apropriação do método crítico dialético, desvelando a totalidade histórica, a partir da tríade singularidade – universalidade – particularidade, esse processo permitirá uma reconstrução do campo de intervenção profissional a partir da categoria da mediação, sendo a mediação a “[...] síntese categorial de elevada universalidade, extremamente objetiva, de todas as forças, processos etc. que determinam objetivamente o nascimento, o funcionamento e o ser precisamente assim de um complexo.” (LUKÁCS, 1979, p. 90).

Sendo assim constitui-se como desafio central neste processo revelador de consolidação de um Sistema Único de Assistência Social, que os profissionais enquanto atores significativos deste processo em evidência, consigam realizar uma leitura crítica de seus objetivos e princípios, tendo como pano de fundo a

sociedade a partir da qual se materializa que é a sociedade *burguesa e suas determinações concretas*, afim de que não sejam sugados a responder meramente as demandas imediatas, mas vislumbrem alternativas ainda que relativas, alicerçadas nos interesses da “classe que vive do trabalho” (ANTUNES, 1999). Sendo assim, os assistentes sociais precisam construir mediações necessárias à compreensão o significado dado a categoria trabalho na sociedade do capital, da condição do assistente social como trabalhador assalariado, o estado neoliberal e suas estratégias na condução da coisa pública, a primazia do terceiro setor na condução das políticas sociais, os poucos recursos financeiros, o recorte de renda como determinante da pobreza, o papel dado a família dentro da PNAS, o recorte focalizador nos territórios. É real a necessidade de apropriação da teoria crítica como forma de desvelar este contexto contraditório onde encontram submersos os assistentes sociais, contexto este mistificado pelo capital; é preciso ter claro que não há como humanizar o capitalismo pela via da garantia dos direitos sociais, mas apenas atenuar as desigualdades sociais, que apenas serão suprimidas com a supressão conjunta da sociedade do capital! O que pretende-se é estimular a necessidade de uma leitura mais densa e crítica da política em curso que introduz enormes tensões no que diz respeito a sua operacionalização pelos profissionais, dentre eles os assistentes sociais. A reconstrução da prática cotidiana deve estar ancorada na tradição em Marx, como bem lembra José Paulo Netto (1989, p. 101), “[...] sem Marx e a tradição marxista, o serviço social tendo a empobrecer-se”, sendo capturado pelos ideais liberais via implementação de políticas sociais residuais e pontuais que contribuem para o alívio imediato da pobreza sem tocar nos determinantes estruturais que a fazem existir, sem conseguir extrapolar este nível de intervenção insuficiente para uma prática atrelada à emancipação humana. Encerramos com um trecho do poema de Carlos Drummond de Andrade (2004, p. 38)², “As leis não bastam. Os lírios não nascem das leis”, mas sim do significado que damos a nossa prática profissional cotidiana evidenciando os limites e possibilidades inerentes a sociedade do capital. Mesmo em condições objetivas adversas não podemos desistir, não somos os únicos responsáveis por lutar e acreditar em uma nova sociedade baseada na justiça social e na redistribuição da riqueza socialmente produzida; devemos nos aliar a outros atores

² Poema “Nosso tempo”.

sociais que comungam destes mesmos ideais, e fazer desses pequenos espaços hoje consolidados como espaços de trabalho conquistados, espaços que possibilitem esta discussão crítica sobre o desenho proposto para a política de assistência social e sua funcionalidade para o capital. Sobre um aspecto não restam dúvidas: “Se o trabalho não retomar sua potência no sentido de fomentar a emancipação humana, não será o capital que fará.” (SILVA, J. F. S., 2013, p. 218).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Postular uma discussão da Política de Assistência Social não é uma tarefa fácil, com isso, objetivou-se a partir da realização da presente pesquisa, compreender como os assistentes sociais enquanto trabalhadores no âmbito do SUAS, entendem e operacionalizam tal política no cotidiano de trabalho. Em busca da concretização do objetivo proposto inicialmente além, da pesquisa bibliográfica sobre a temática proposta, realizou-se uma pesquisa empírica com cinco assistentes sociais que trabalham na concretização da Política de Assistência Social no município de Formiga/MG, a partir de seus depoimentos procurou-se realizar uma discussão crítica desse processo em construção apontando limites e possibilidades quanto sua real efetivação.

Diante disso, podemos afirmar a partir da realização da presente pesquisa que mesmo diante da consolidação de várias normativas a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, (LOAS, PNAS e SUAS), que dão a tal Política Pública de Assistência Social o “status”, de direito do cidadão e dever do Estado a ser prestado a quem dela necessitar, sabe-se que na prática o sistema protetivo brasileiro vê-se permeado pelos interesses capitalistas, marcados pelos interesses de classes que se contrapõem entre si. Essa demarcação analítica faz-se necessária, pois, entendemos que há uma relação mútua entre o significado da proteção social e o significado do trabalho da forma como este configura-se na sociedade contemporânea, onde notoriamente prevalece a ética propagada pelo governo liberal.

Vale destacar, que no caso específico do Brasil, tal categoria ontológica na forma de trabalho assalariado, assume particularidades históricas complexas conforme procurou-se evidenciar na presente pesquisa, marcadas por características de exploração e desqualificação da mão obra, baixa remuneração, jornada de trabalho excessiva, e poucos direitos sociais.

Não obstante, diante de tais particularidades da formação histórica concreta, assiste-se uma intensificação da precarização das relações de trabalho, expressa no aumento do desemprego, do subemprego, novas formas de contratações, acentuado pela política de ajuste neoliberal a partir dos anos de 1990. Diante deste cenário complexo marcado pela exploração e dominação do capital sob a classe trabalhadora, intensificam-se às diversas expressões da questão social, e acentua-

se o fenômeno da pobreza, entendido na presente pesquisa como um fenômeno estrutural, que só pode ser compreendido a partir da compreensão das relações sociais da forma como estas se configuram na sociabilidade burguesa.

Diante de tais considerações acerca do significado da categoria ontológica trabalho na sociedade capitalista, surge uma primeira questão que torna-se em certa medida um dilema para o campo da proteção social: É possível absorver o mercado industrial de reserva que o capitalismo como modo de produção operante mesmo produz, em espaços dignos de trabalho, a partir de formas de contratações formais, bem remuneradas?

Frente a este cenário complexo, em busca, da amenização das diversas expressões da questão social e a fim de retardar os processos reivindicatórios da classe trabalhadora, apresenta-se como estratégia latente do bloco do poder um novo modelo de governo participativo e comprometido com a melhoria da qualidade de vida da população por meio da inclusão social, tendo como um dos preceitos a expansão da Política de Assistência Social, com enfoque no enfrentamento da extrema pobreza. O qual convencionou-se chamar de “neodesenvolvimentista”.

No atual governo, como se evidenciou neste trabalho, a pobreza é enfrentada de forma paliativa por meio da implantação dos programas de transferência direta de renda, (BPC e Bolsa Família), que funcionam como um complemento de renda, para aqueles que não possuem condições dignas de trabalho, para que possam suprir suas necessidades básicas quem dirá necessidades Humanas, vê-se latente a busca pela humanização das relações capitalistas, sem, contudo questionar os determinantes que dão origem as diversas expressões da questão social e se tornam objeto de intervenção do Estado via implantação de ações paliativas.

É notório ainda que, tem pendurado no âmbito da Política de Assistência Social, a lógica de o indivíduo ser responsável por se auto manter, por meio do seu trabalho. Por isso, o governo atual tem investido fortemente em programas que ofereçam cursos profissionalizantes de curta duração, direcionados prioritariamente ao público em situação de extrema pobreza, conforme discutido na presente pesquisa, com o objetivo implícito para muitos, de retirar essas pessoas do ócio e da dependência da Política de Assistência Social. Na análise trazida por Pereira (2012, p. 738):

[...] em verdade, o predomínio contemporâneo da ética da autorresponsabilização no contexto mundial das política social mostra que está havendo um contínuo e crescente esvaziamento do padrão capitalista de Estado social de direito em favor do padrão capitalista de Estado meritocrático, laborista [...].

Diante dessas dificuldades apontadas acerca da materialização da Política de Assistência Social no contexto universal, procuramos analisar ainda algumas particularidades assumidas por tal política no município de Formiga/MG, correlatas a prática profissional cotidiana, partindo das seguintes indagações a princípio como os profissionais que trabalham no âmbito do SUAS, na condição de trabalhadores assalariados, compreendem e operacionalizam tal política no cotidiano de trabalho, quais os maiores desafios enfrentados no cotidiano de trabalho, o que esses profissionais esperam alcançar por meio da efetivação de tal política e ainda se há uma articulação por partes dos profissionais dos preceitos éticos políticos do Serviço Social no processo de consolidação do SUAS.

Em busca das respostas para tais indagações, partindo da premissa que a realidade está em movimento e em constante mutação, afirmamos que as ponderações feitas neste trabalho são plausíveis de mudança. Contudo, podemos destacar que, são muitos os desafios a serem suplantados para uma real efetivação do Sistema Único de Assistência Social no município de Formiga/MG, dentre eles destaca-se observando as próprias falas dos profissionais que vivenciam a precarização da estrutura e das relações de trabalho no cotidiano da prática profissional: a precária responsabilização do Estado na condução desta política pública, que culmina na falta de recursos financeiros suficientes para a operacionalização dos serviços no âmbito do SUAS, formas precárias de contratação de mão de obra, recursos humanos insuficientes em relação a demanda de trabalho, a não efetivação da gestão do território como uma realidade no município. Cabe destacar que como já evidenciamos neste trabalho, sabemos da limitação deste tipo de prática profissional pautada no princípio do mapeamento do território, ao nosso ver a materialização do princípio da gestão do território pode contribuir na prevenção dos problemas sociais, através de ações proativas no âmbito do trabalho profissional.

Evidenciou-se ainda com a realização da pesquisa a falta de instrumentais indispensáveis para a operacionalização do trabalho tais como destacados pelos sujeitos da pesquisa: falta de carro, falta de materiais de expediente, tal dados

extraídos das falas dos sujeitos da pesquisa demonstram algumas dificuldades as quais os profissionais precisam enfrentar no cotidiano de trabalho, fato este que demonstra ainda a precarização dos espaços e instrumentais no âmbito do SUAS, fato este que pode comprometer a qualidade dos serviços prestados aos usuários da Política de Assistência Social.

Destacou-se ainda que com a realização da presente pesquisa que existem alguns desafios a serem superados também pelo órgão gestor dessa política em âmbito municipal. No que tange, por exemplo, a necessidade de realização de um diagnóstico social do município para implantação de novos serviços socioassistenciais, mesmo sendo uma condição que deveria anteceder a implantação dos serviços da Proteção Social Básica e Especial isso não constitui-se uma realidade municipal consolidada. Outro desafio constitui-se acrescentar na estrutura administrativa do órgão gestor o setor responsável pela operacionalização da vigilância socioassistencial em âmbito municipal, o que permitirá a produção de indicadores sociais que contribuam para mensurar a realidade social dos serviços prestados.

Um outro objetivo do presente estudo, foi demonstrar a importância da articulação do Projeto Ético Político profissional, no cotidiano do trabalho profissional.

Diante disso, podemos perceber que as assistentes sociais consideram um avanço a materialização da Política de Assistência Social, por meio da implantação de um Sistema Único de Assistência Social, e isso é verdade em certa medida, pelos limites para sua real efetivação já elucidados neste ensaio, ficou evidenciado portanto, a partir dos depoimentos desta pesquisa que ainda há muitas dificuldades por partes dos profissionais no que diz respeito a compressão dos limites dos objetivos propostos por tal política, percebeu-se a compreensão acrítica por parte dos profissionais dos limites e possibilidades quanto a operacionalização da Política de Assistência Social em curso e sua funcionalidade para o capital.

Percebemos que muitas vezes os profissionais atribuem funções a Política de Assistência Social, que na verdade não condiz com seus objetivos e não serão alcançados por meio da sua efetivação, como por exemplo, o alcance da emancipação humana, sanar problemas sociais e consequentemente melhorar a qualidade de vida da população atendida, é notório que os profissionais precisam ter clareza dos objetivos propostos por essa política em minimizar as diversas

expressões da questão social por meio de ações pontuais e demandas individuais a fim de responder as necessidades do capital e não necessidades humanas.

Outro ponto a ser considerado é que, os profissionais se reconhecem na condição de trabalhador assalariado, e como tal vivenciam a precarização das relações de trabalho, propicia pelo modelo econômico flexível, como a insegurança de permanência no mercado de trabalho, e a prática permeada por interesses de classes opostas. Entretanto, é importante que a prática cotidiana esteja balizada pelos preceitos do Projeto Ético Político Profissional, que nos dizeres de Guerra (2007) nos permita realizar a “crítica ontológica do cotidiano”. O que significa dizer que faz-se necessário conhecer a realidade social a partir da qual nós e os sujeitos que prestamos serviços estamos inseridos, a fim de analisar a partir de determinantes concretos universais as situações singulares com as quais nos deparamos no cotidiano de trabalho. Em detrimento a posturas pragmáticas, que limitam a prática profissional ao âmbito do “fazer” sem contudo refletir o cotidiano de trabalho e suas ambiguidades e contradições, muitas vezes mascaradas pelo fetichismo do capital.

Essas colocações, abrem precedentes para analisar outros pontos da pesquisa, percebemos que a maioria das assistentes sociais, quando indagadas sobre os princípios organizativos dos SUAS, não sabiam citá-los e não sabiam ainda realizar uma análise crítica dos mesmos, e a que citou centrou sua análise em dois eixos que se destacam no SUAS, a saber matricialidade sociofamiliar e territorialização. Diante disso, evidencia-se a necessidade de uma maior compreensão de tais princípios defendidos pela política em curso, por parte dos profissionais apoiados em uma teoria social crítica.

Para finalizar, afirmamos que a Política de Assistência Social, vem consolidando diversos espaços de trabalho para os assistentes sociais, cabe aos profissionais escolher alternativas profissionais que imprimam conhecimentos, valores, habilidades e posturas que reforcem a necessidade da ruptura da sociedade capitalista em curso, através de uma perspectiva revolucionária, através da apropriação de um referencial teórico crítico que permita que o profissional tenha clareza, de que não é possível humanizar o capital pelas vias da garantia da proteção social.

Destacamos como ações importantes no cotidiano profissional para materialização dos preceitos do Projeto Ético Político no cotidiano de trabalho: a

formação continuada, a pesquisa da realidade social, articulação com os movimentos sociais e com outros profissionais que comungam dos mesmos ideais.

Portanto, reafirmarmos a importância da articulação do Serviço Social com a tradição Marxista, como forma de desvelar a sociedade burguesa e suas determinações, em detrimento de posturas liberais que naturalizam as diversas expressões da questão social e suas formas de enfrentamento como algo independente do modo de produção capitalista enfrentadas por meio de ações paliativas que contribuem para a reiteração da ordem do capital.

REFERÊNCIAS

ALVES, Adriana Amaral Ferreira. **Os atuais processos de avaliação da política de assistência social no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ : ESS, 2007.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **A rosa do povo**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. (Org.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. 1988. (separata).

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete Salete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2007.

BOSCHETTI, Ivanete Salete. A seguridade social e o projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 25, v. 79, p. 108-132, set./nov. 2004.

_____. **Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo**. 2. ed. Brasília, DF: Ed. GESST : SER : Ed. UnB, 2003.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Anexo. p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 20 maio 2011.

_____. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 jun. 1993a. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2014.

_____. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília DF, 8 dez. 1993b. p. 18769. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em: 15 maio 2013.

_____. Lei n. 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 7 jul. 2011a. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo>>. Acesso em: 21 fev. 2014.

BRASIL. SEDESE. Associação Mineira de Municípios. **Aprimoramento da Gestão municipal na implementação do SUAS**. Belo Horizonte, [20--?]. (Coletânea de Legislação).

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Desenvolvimento social: guia de políticas e programas**. Brasília, DF, 2004a.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Dados dos programas do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Brasília, DF, 2004b.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Desenvolvimento social**. Brasília, DF, 2004c.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução n. 145, de 15 de outubro de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 out. 2004d.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004 – Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília, DF, 2005a.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução n. 130, de 15 de julho de 2005. Aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB SUAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jul. 2005b. Seção 1.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução n. 269, de 13 de dezembro de 2006. Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Brasília, DF, 26 dez. 2006. Seção 1.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria n. 321, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família, revoga a portaria GM/MDS nº 551, de 9 de novembro de 2005, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 set. 2008.

_____. **Cartilha de orientação para ações de mobilização social nas praças do esporte e cultura**. [2011]. Disponível em: <http://www.ceus.cultura.gov.br/images/pdfs/cartilha_mobilizacao_social.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2014.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Guia de Políticas e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS**. Brasília, DF, 2011b.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução n. 18, de 24 de maio de 2012. Institui o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao mundo do trabalho-ACESSUAS TRABALHO. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 maio 2012. Seção 1.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução n. 33, de 12 de dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social -NOB/SUAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 jan. 2013a Seção 1. p. 155.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução n. 1, de 21 de fevereiro de 2013. Dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos SCVF no âmbito do Sistema Único de Assistência Social SUAS, pactua os critérios de partilha do cofinanciamento federal, metas de atendimento do público prioritário e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 fev. 2013b. Seção 1.

BRITO, Maria Argenice de Sousa. **Plantão social**: o difícil caminho de superação do assistencialismo para uma construção de uma política de direitos para a plena cidadania. 2001. 215 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: _____.; WANDERLEY, Luiz Eduardo; BELFIORE- WANDERLEY, Mariângela. (Org.). **Desigualdade e questão social**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2000.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Conselho Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, DF, 2008.

FORMIGA. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano. **Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Formiga-MG**. Fundação de Ensino e Tecnologia de Alfenas. Alfenas, 2010.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: ABEPSS; CFESS. (Org.). **Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: Ed. UnB : CEAD, 2009.

_____. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 27, n. 91, esp., p. 5-33, set. 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. As dimensões ético políticas e teórico metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: MOLINA, Maria Lorena. (Org.) **La cuestión social y la formación profesional en el contexto de las nuevas relaciones de poder y la diversidad latinoamericana**. San José, Costa Rica: ALAETS : Espacio : Escuela de Trabajo Social, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital e fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____.; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 20. ed. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 2007.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre a consciência e a emancipação**. São Paulo: Expressão Popular 2007.

_____. Trabalho: emancipação e estranhamento. In: SANT'ANA, Raquel Santos et al. (Org.). **O avesso do trabalho II**: trabalho precarização e saúde do trabalhador. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

IBGE. **População**: Censos demográficos: censo 2010: cidade@: Minas Gerais: Formiga. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=317010&search=minas-gerais|Formiga>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

LUKÁCS, György. **Introdução a uma estética marxista**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. O método da economia política. In: FERNANDES, Florestan. (Org.). **Marx e Engels**: história. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **O capital**: crítica à economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1984a. v. 1. L. 1. t. 2.

_____. _____. São Paulo: Abril Cultural, 1984b. v. 3. L. 3. t. 1.

_____.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____.; _____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

MIOTO, Regina Célia Tamoso. Trabalho com famílias: um desafio para os assistentes sociais. **Textos & Contextos**, Florianópolis, v. 3, n. 3, dez. 2004. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/979/5119>>. Acesso em: 2014.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012.

MUSTAFA, Patrícia Soraya. O ecletismo da política de assistência Social brasileira: alguns apontamentos. In: SILVA, José Fernando Siqueira da; SANT’ANNA, Raquel Santos; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (Org.). **Sociabilidade burguesa e Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. (Coletânea nova de Serviço Social).

PAIVA, Beatriz Augusto de. O SUAS e os direitos socioassistenciais A universalização da seguridade social em debate. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 27, n. 87, p. 5-24, set. 2006.

PAIVA, Beatriz Augusto de; SALLES, Mione Apolinário. A nova ética profissional práxis e princípios. In: _____. et al. (Org.). **Serviço Social e ética: convite para uma nova práxis**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PAULO NETTO, José. O Serviço Social e a tradição marxista. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 10, n. 30, p. 89-102, abr. 1989.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo, Cortez, 1992.

_____. A construção do projeto ético político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social. mod. 1. Brasília, DF: CFESS : ABEPSS : CEAD : Ed. UnB, 1999.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012a.

_____. (Org.). **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012b.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Necessidades humanas: subsídios para à crítica dos mínimos sociais**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Proteção social contemporânea: cui prodest? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 636-651, out./dez. 2013.

_____. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 729-753, out./dez. 2012.

POCHANN, Márcio. Estrutura social no Brasil: mudanças recentes. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 637-649, out./dez. 2010.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RAICHELIS, Raquel. Proteção social e o trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 609-635, out./dez. 2013.

SANT'ANA, Raquel Santos et al. (Org.) **O avesso do trabalho II: trabalho precarização e saúde do trabalhador**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTOS, Josiane Soares. Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 430-449, jul./set. 2012.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: as políticas sociais na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social resistência e emancipação?** São Paulo: Cortez, 2013.

_____.; SILVA, Maria Izabel da. Reprodução do capital, trabalho estranhado e violência. In: SANT'ANA, Raquel Santos et al. (Org.) **O avesso do trabalho II: trabalho precarização e saúde do trabalhador**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, Sheyla Suely de Souza. Contradições da Assistência Social no governo neodesenvolvimentista e suas funcionalidades ao capital. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 113, p. 86-105, jan./mar. 2013.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2001a.

_____. Os custos sociais do ajuste neoliberal no Brasil. In: SADER, Emir (Comp.). **El ajuste estructural en América Latina: costos sociales y alternativas**. Buenos Aires: CLACSO, 2001b.

SOUZA, Paulo Renato Costa. Os impasses atuais das políticas de emprego e salário. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; COUTINHO, Renata. (Org.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil**. 4. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1998. v. 2.

SPOSATI, Aldaíza. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 652-674, out./dez. 2013.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

APÊNDICE

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA

- 01** Como você compreende o atual desenho da Política de Assistência Social brasileira?
- 02** Qual a sua compreensão das novas legislações que normatizam tal política?
- 03-** Você conhece o Sistema Único de Assistência Social, (SUAS)? Sabe nos dizer quais são os eixos que o estrutura? Qual análise você faz dos mesmos?
- 04-** Você conhece o Projeto Ético Político dos assistentes sociais? Qual sua compreensão do mesmo?
- 05-** Você veicula os princípios do Projeto Ético Político dos assistentes sociais no seu trabalho profissional na implementação do SUAS? De que forma?
- 06-** Quais os maiores desafios enfrentados no cotidiano de trabalho?

ANEXO

ANEXO A – CARTA ACEITE



Memorando CEP/Franca N.º 011/2011

Para: PROF.^a Dr.^a PATRÍCIA SORAYA MUSTAFA
Orientanda: Jaqueline Aparecida Souza

De: **Prof. Dr. Ubaldo Silveira**
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos

Data: 10/08/2011

Projeto de Pesquisa CEP: 011/2011

Prezado (a) Senhor (a),

Vimos por meio deste informar que o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, UNESP – CEP/CAMPUS DE FRANCA *analisou e aprovou* sem restrições, o Projeto intitulado “A implantação do Sistema Único de Assistência Social no enfrentamento das expressões da questão social no município de Formiga-MG”, tendo como pesquisadora Patrícia Soraya Mustafa, bem como o respectivo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em reunião ocorrida na data de 10/08/2011, registrado sobre o CEP: 011/2011.

Temos ciência de que os estudos serão conduzidos de acordo com normas que regem as pesquisas envolvendo seres humanos.

Solicitamos que sejam encaminhados os relatórios parciais e finais, bem como envie-nos possíveis emendas e novos termos de consentimentos livre e esclarecido, notifique qualquer evento adverso sério ocorrido durante a realização do presente projeto de pesquisa para que possamos fazer o devido acompanhamento.

Sem mais para a oportunidade,

Atenciosamente,

Prof. Dr. Ubaldo Silveira
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos
UNESP – Campus de Franca